



UC/FPCE_2013

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Relatório Científico-profissional

Nuno Miguel Trincão Craveiro (e-mail: ncraveiro@gmail.com)

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, Área de Especialização em Psicologia Clínica e Saúde, Subárea de Especialização em Sistémica, Saúde e Família, sob a orientação da Prof.^a Doutora Ana Paula Relvas

Relatório Científico-profissional¹

Resumo

O presente relatório efetua uma apresentação crítica de cerca de onze anos de atividade profissional desenvolvida com relevância para o domínio da sistémica, saúde e família. De entre as atividades profissionais realizadas efetua-se um estudo crítico-reflexivo sobre o programa de educação parental “Em Equilíbrio”, implementado no âmbito de uma rede interinstitucional, numa lógica de intervenção seletiva, alcançando resultados que apontam para o impacto em fatores-chave da parentalidade e dinâmica familiar relacionados com a prevenção do comportamento antissocial e dos maus tratos infantis.

Palavras-chave: intervenção sistémica; educação parental; família; parentalidade; prevenção.

Scientific and Professional Report

Abstract

This report makes a critical presentation of approximately eleven years of relevant professional activity developed in the field of systemic, health and family. Among the professional activities undertaken we carry-out a critical-reflexive study on the parent education program “Em Equilíbrio”, implemented under an interinstitutional network, in a logic of selective intervention, achieving results which point to an impact on key factors of parenting and family dynamics related to the prevention of antisocial behavior and child abuse.

Keywords: systemic intervention; parental education; family; parenting; prevention.

¹ A opção pelo aprofundamento de uma experiência profissional em formato de artigo de investigação, com possibilidade de leitura autónoma, (Parte II) implicou um ligeiro incremento da extensão do presente relatório, em virtude de se verificar alguma sobreposição de conteúdos e uma repetição de referências bibliográficas.

Agradecimentos

Sendo este relatório, também, um momento de balanço, agradeço, em primeiro lugar a todos os colegas com quem tive oportunidade de coconstruir um percurso profissional nas diferentes equipas de que fiz parte e às instituições que me acolheram e com as quais desenvolvi as minhas atividades.

Um agradecimento especial à Prof.^a Doutora Ana Paula Relvas e à Prof.^a Doutora Madalena Alarcão, por terem inspirado o fascínio que nutro pelo mundo das famílias, pelo caminho que me apontaram dentro da psicologia e por tudo aquilo que me ensinaram.

Não posso deixar de agradecer às (muitas) famílias com quem me cruzei terapeuticamente ao longo destes anos, pela confiança depositada, pela partilha e pelas histórias de força e superação.

E, finalmente, porque os últimos são os primeiros, à minha família – à Sílvia, ao Tomás e ao Martim – pela infinita paciência e por todos os dias serem a força para tentar ir mais longe.

Lista de Siglas e Acrónimos

AMHA – Associação Humanitária Mão Amiga

ASI – Atendimento Social Integrado

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CEIFAC - Centro Integrado de Apoio Familiar de Coimbra

CMI – Câmara Municipal de Ílhavo

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPSC – Centro de Prestação de Serviços à Comunidade

DOM – Desafios Oportunidades e Mudanças

FPCEUC – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

FPF – Fundação Padre Félix

GAFAC – Gabinete de Apoio Familiar de Coimbra

IDT, I.P. – Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

ISS, I.P. – Instituto da Segurança Social, I.P.

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

NUSIAF – Núcleo de Seguimento Infantil e Ação Familiar

ONG – Organização Não Governamental

PROGRIDE – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento

RIA – Rede de Intervenção de Aveiro

RSI – Rendimento Social de Inserção

SPTF – Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar

Índice

Introdução	1
Parte I - Descrição das atividades realizadas entre 2001 e 2012	2
Parte II – Estudo crítico-reflexivo sobre o programa de educação parental “Em Equilíbrio”	13
Introdução	14
1. Apresentação do Programa	14
1.1. Enquadramento conceptual	15
1.2. Conceção, objetivos e implementação	21
2. Objetivos do estudo	28
3. Metodologia	28
3.1. Edições e participantes	28
3.2. Procedimentos de recolha e análise dos dados	32
4. Resultados	33
5. Discussão	40
6. Conclusões	47
Bibliografia	50
Parte III - Principais implicações e conclusões da atividade desenvolvida	53
Bibliografia Geral.....	55
Anexos	58
Anexo I – Tabelas síntese da atividade desenvolvida.....	59
Anexo II – Ficha de Caracterização das Famílias	65
Anexo III – Instrumentos de Avaliação	67
Anexo IV – Extrato de registo de sessão de balanço final.....	73

Introdução

O presente relatório é elaborado no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, Área de Especialização em Psicologia Clínica e Saúde, Subárea de Especialização em Sistémica, Saúde e Família, efetuado ao abrigo das normas para creditação de Mestres em Psicologia a partir do grau de Licenciatura em Psicologia pré-Bolonha, aprovadas pelo Conselho Científico da Faculdade em Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em 14 de julho de 2011.

Ao longo deste relatório pretende-se efetuar uma caracterização reflexiva das atividades que desenvolvemos com relevância para a área de sistémica, saúde e família, desde a conclusão de Licenciatura em Psicologia, em 2001, até ao presente.

Para o efeito, a primeira parte deste relatório procede a uma apresentação das atividades relevantes desenvolvidas no domínio em causa (atividades clínicas, atividades conexas e supervisão), bem como da formação com pertinência de que beneficiámos. Essa apresentação servirá de base para uma breve reflexão integradora do trabalho desenvolvido nos diferentes contextos em que exercemos atividade profissional.

Na segunda parte, procederemos ao aprofundamento de uma atividade realizada desde 2006, através da análise, em formato de artigo de investigação, do programa de educação parental “Em Equilíbrio”, criado e desenvolvido em dois contextos distintos – o Projeto RIA (Rede de Intervenção de Aveiro) e a Câmara Municipal de Ílhavo –, que teve como objetivo geral a promoção do desenvolvimento de competências parentais nos seus participantes.

Finalmente, na terceira parte deste relatório, efetuaremos uma apresentação das principais implicações e conclusões da atividade desenvolvida.

Parte I - Descrição das atividades realizadas entre 2001 e 2012

No presente capítulo procederemos a uma descrição das atividades realizadas ao longo de cerca de onze anos de atividade profissional, com relevância para a área de sistémica saúde e família. Para o efeito, começaremos por apresentar uma tabela que sintetiza os diferentes contextos em que essas atividades foram realizadas. Para uma clarificação mais profunda das atividades desenvolvidas nestes contextos, no Anexo I deste relatório apresentam-se tabelas síntese com as atividades clínicas e as atividades conexas desenvolvidas, bem como as levadas a cabo na qualidade de supervisor, para além da formação recebida com relevância para o domínio da sistémica, saúde e família.

Tabela 1. Contextos de realização das atividades profissionais

Entidade/Local de Realização	Categoria/Cargo	Contexto	Período de realização
Núcleo de Seguimento Infantil e Ação Familiar (NUSIAF)/ Centro de Prestação de Serviços à Comunidade – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (CPSC – FPCEUC).	Terapeuta familiar e de casal.	Prática clínica supervisionada (até à conclusão do Curso de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica); Colaboração externa com o serviço.	Desde setembro de 2001 até ao presente. ²
Labirinto – Centro de Consulta Psicológica de Santa Maria da Feira.	Psicólogo clínico; terapeuta familiar e terapeuta de casal.	Clínica Privada; equipa multidisciplinar com especialidades médicas, psicológicas e terapêuticas; intervenção no domínio da saúde mental; psicoterapia sistémica.	De novembro de 2001 a abril de 2007 ³
Centro Integrado de Apoio Familiar de Coimbra (CEIFAC)	Psicólogo clínico; terapeuta familiar e terapeuta de casal.	ONG, promotora do Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências de Coimbra do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. (IDT, I.P.); Projeto “Novas Famílias”.	De maio de 2003 a setembro de 2005 ⁴
Projeto RIA – Rede de Intervenção de Aveiro.	Técnico superior de segunda classe; psicólogo clínico; terapeuta familiar e terapeuta de	Projeto de combate à exclusão social, no âmbito do PROGRIDE – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento, financiado pelo Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.), promovido	De outubro de 2005 a setembro de 2010.

² Complementarmente às atividades profissionais principais.

³ A tempo inteiro até junho de 2003, a tempo parcial entre maio de 2003 e setembro de 2005 e um dia por semana até abril de 2007.

⁴ A tempo parcial.

	casal.	pelos Municípios de Aveiro e executado pelo Centro Social de Azurva.	
Projeto “Novos Trilhos”.	Supervisor clínico.	Projeto de combate à exclusão social, no âmbito do PROGRIDE, financiado pelo ISS, I.P., promovido pelo Município de Ovar e executado pelo Centro Comunitário de Esmoriz.	De setembro de 2007 a maio 2010.
Clínica “Sentires” – Aveiro.	Psicólogo clínico; terapeuta familiar e terapeuta de casal.	Prática clínica privada em psicoterapia sistémica.	Desde junho de 2008 até ao presente.
Sociedade de Promoção Social da Obra do Frei Gil – Casa da Praia de Mira.	Supervisor das equipas técnica e educativa do Lar de Infância e Juventude.	Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças, do ISS, I.P..	De setembro de 2007 a maio 2010.
Associação Humanitária Mão Amiga (AHMA) – Albergaria-a-Velha.	Psicólogo clínico; terapeuta familiar e terapeuta de casal.	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) “Raio de sol... para todos”; prática clínica (psicoterapia sistémica e intervenção comunitária); equipa multidisciplinar.	De outubro de dezembro de 2010.
Fundação Padre Félix (FPF) – Aveiro.	Psicólogo clínico; terapeuta familiar e terapeuta de casal.	Acordo de cooperação da Fundação com o ISS, I.P.; intervenção comunitária e ação social na Freguesia de São Bernardo, Concelho de Aveiro; psicoterapia sistémica.	Desde outubro de 2010 até ao presente.
Câmara Municipal de Ílhavo (CMI).	Técnico Superior de Psicologia; Elemento Cooptado da CPCJ de Ílhavo.	Divisão de Ação Social e Saúde; CPCJ de Ílhavo	Desde janeiro de 2011 até ao presente.

Desde a conclusão a licenciatura em psicologia clínica em 2001, mantivemos uma colaboração permanente com o NUSIAF/CPSC – FPCEUC, em termos de trabalho clínico ao nível da terapia familiar e terapia de casal sistémicas.

O primeiro contexto de trabalho em que fomos integrados foi o Labirinto, uma clínica privada, com uma equipa multidisciplinar alargada (psicólogos, médicos e terapeutas), onde desenvolvemos amplo trabalho clínico de psicoterapia sistémica individual de casal e familiar, para além da

avaliação e intervenção envolvendo crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem. Este contexto de trabalho permitiu, uma grande diversidade de experiências clínicas e um conjunto de atividades conexas como organização de atividades formativas direcionadas à própria equipa e a outros profissionais, participação em estudos de adaptação de instrumentos clínicos e dinamização de atividades formativas direcionadas a docentes (cf. Anexo I, Tabela 1).

Entre 2003 e 2005 iniciámos atividade como psicólogo clínico e terapeuta familiar sistémicos no CEIFAC, no âmbito do Projeto “Novas Famílias”, levado a cabo no contexto do Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências de Coimbra. Este projeto envolveu a criação e implementação do Gabinete de Apoio Familiar de Coimbra (GAFAC), um serviço direcionado à prevenção das toxicodependências ao longo do ciclo vital da família, alicerçado na terapia familiar sistémica. Neste serviço desenvolvemos ampla atividade clínica que incluiu, também, a avaliação e intervenção familiar no âmbito de um protocolo terapêutico de intervenção familiar em contexto de coação, em parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Coimbra. As atividades desenvolvidas no CEIFAC incluíram, ainda, a investigação e elaboração de candidaturas a projetos destinados a captar financiamento para desenvolvimento de atividades relacionadas com a intervenção familiar e comunitária (cf. Anexo I, Tabela 1).

Entre 2005 e 2010, desenvolvemos a nossa atividade profissional integrados no Projeto RIA, onde continuámos a desenvolver atividade clínica, numa perspetiva sistémica, com crianças, adolescentes, adultos, famílias e casais. Esta atividade clínica envolveu, mais uma vez, a avaliação e intervenção familiar de famílias de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Aveiro. O trabalho desenvolvido no Projeto RIA implicou a criação e implementação de um modelo de acompanhamento psicossocial integrado, com base numa equipa multidisciplinar, em complementaridade com outros serviços/recursos existentes na comunidade e a disponibilização da intervenção sistémica familiar (com particular saliência para o trabalho desenvolvido junto das famílias multiproblemáticas pobres e multiassistidas). Participámos, também, na realização de atividades de intervenção comunitária, das quais se destaca a criação de uma metodologia de intervenção comunitária, inspirada no Teatro do Oprimido, seguindo uma lógica de intervenção sistémica. No contexto do Projeto RIA, fomos, ainda, responsáveis pela execução de uma ação de criação e implementação de um programa de educação parental (que adiante aprofundaremos neste relatório) e pela gestão e dinamização do Banco de Voluntariado de Aveiro (cf. Anexo I, Tabela 1).

Com a finalização do Projeto RIA, desenvolvemos, transitoriamente, atividade no CAFAP “Raio de sol... para todos”, da AHMA, em Albergaria-a-Velha, onde continuámos a trabalhar com crianças e jovens em risco/perigo, sempre numa perspetiva sistémica e familiar (avaliação e intervenção) (cf. Anexo I, Tabela 1).

Presentemente a nossa atividade principal é exercida na CMI, onde,

desde 2011, fomos integrados como Técnico Superior de Psicologia, tendo sido cooptados pela CPCJ de Ílhavo onde efetuamos a gestão de processos de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, fazendo uso de uma perspetiva sistémica para a avaliação e intervenção familiar nos processos acompanhados. O trabalho na CMI inclui atividade comunitária que passa pela dinamização de sessões com diversos públicos (municípios, professores, elementos de associações), acerca de temas com relevância para o domínio da saúde mental e da família. Para além o referido anteriormente, temos, ainda, a cargo o desenvolvimento de um programa de educação parental (cf. Anexo I, Tabela 1).

Complementarmente, desenvolvemos prática clínica privada (psicoterapia sistémica) na Clínica Sentires, em Aveiro (desde 2008) e mantemos uma colaboração com a Fundação Padre Félix na mesma localidade (desde 2010), através da disponibilização de serviços de consulta psicológica individual, familiar e conjugal a crianças, adolescentes e adultos.

Desempenhámos, em duas ocasiões, funções de supervisão no âmbito de uma Ação do Projeto “Novos Trilhos” do Centro Comunitário de Esmoriz (supervisão clínica) e do Plano DOM, no Lar de Infância e Juventude da Sociedade de Promoção Social da Obra do Frei Gil – Casa da Praia de Mira (Supervisão institucional às equipas técnica e educativa) (cf. Anexo I, Tabela 2).

A formação de que beneficiámos ao longo destes onze anos, teve uma forte componente de prática clínica supervisionada (Prof. Doutor João Lopes, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto; Prof.^a Doutora Isabel Soares, Instituto de Educação e de Psicologia da Universidade do Minho; Prof.^a Doutora Ana Paula Relvas e Prof.^a Doutora Madalena Alarcão, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra; Prof. Doutora Liliana Sousa, Universidade de Aveiro) e foi direcionada, essencialmente, para os domínios da intervenção familiar sistémica e áreas conexas (como os maus tratos infantis, violência doméstica e famílias multiproblemáticas pobres) (cf. Anexo I, Tabelas 3 e 4).

Considerando as atividades realizadas desde setembro de 2001, procederemos a um enquadramento de alguns aspetos que, apesar da diversidade de experiências profissionais, constituíram elementos comuns no trabalho desenvolvido. Para o efeito, começaremos por uma breve reflexão sobre a perspetiva teórica a que nos afiliámos – terapia familiar sistémica. Refletiremos, de seguida, sobre a família (ou a diversidade de famílias), enquanto objeto primordial do nosso estudo e intervenção. Tendo presente a intervenção, que temos vindo a desenvolver, no âmbito do sistema de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em risco/perigo, procederemos a uma caracterização dos diferentes níveis a que intervimos nesse sistema. Finalmente, terminaremos com uma breve abordagem à educação parental enquanto meio de prevenção primária e secundária de um conjunto diversificado de problemáticas (como o comportamento antissocial, as toxicodependências e os maus tratos infantis).

A terapia familiar sistémica enquanto visão privilegiada e primeiro elemento orientador das diferentes intervenções

A terapia familiar sistémica nasceu e desenvolveu-se nos Estados Unidos da América na década de 50 do Século XX, num contexto de mudança de paradigma face ao pensamento analítico (Gameiro, 1992; Relvas, 1999). Com a mudança para um paradigma sistémico, a causalidade linear é substituída pela causalidade circular, enfatizando-se o estudo das relações e das interações. Passa a ser impossível isolar o indivíduo do seu meio, uma vez que “ambos evoluem simultaneamente e mudam reciprocamente” (Relvas, 1999).

Uma das matrizes unificadoras (Relvas, 1999) da terapia familiar resulta da integração de conceitos provenientes de três áreas científicas:

(1) A teoria geral dos sistemas, de Ludwig Von Bertalanffy, introduziu o conceito de sistema – “qualquer entidade mantida pela interação mútua das suas partes” (Davidson, 1983, cit. in Nichols & Schwartz, 1998). Os sistemas familiares têm a capacidade de manter as suas formas de funcionamento independentemente da informação proveniente do meio em que estão inseridas (Barker, 2000).

(2) A cibernética (de H. Wiener e de H. Von Foerster) tem como conceito central a retroação (*feedback*) – o processo mediante ao qual o sistema obtém informação necessária para se autocorrigir (do exterior ou da interação das suas partes), mantendo o seu estado ou evoluindo para determinado objetivo (Nichols & Schwartz, 1998). A retroação é positiva ou negativa consoante os seus efeitos no equilíbrio homeostático do sistema sejam a amplificação (morfogénese) ou a redução da mudança (homeostase). O conceito de homeostase é fundamental na cibernética de primeira ordem, uma vez que esta equaciona o sintoma como o garante de um funcionamento familiar que já se mostrava impossível de manter, tratando-se de um “pedido de mudança para a não mudança” (Alarcão, 2000, p. 83). A cibernética de segunda ordem (Von Foerster) – cibernética dos sistemas observantes –, passa a incluir o observador no próprio sistema; “o resultado da observação é sempre uma construção resultante da interação recursiva entre o que observa e o que é observado” (Alarcão, 2000, p. 23). De acordo com Relvas (1999), na cibernética de segunda ordem é dada maior preponderância ao processo de mudança em detrimento dos seus mecanismos.

(3) A teoria da comunicação humana, na sua vertente pragmática, que, ao estudar os efeitos da comunicação no comportamento (Gregory Bateson e do Grupo de Palo Alto), consubstancia o interesse dos terapeutas familiares em torno da comunicação no seio da família e a forma como aquela pode ser modificada.

Segundo Relvas (1999), uma outra matriz unificadora da terapia familiar constitui a importância dada à família como “micro-meio primário «natural» do indivíduo”, resultado das alterações psicossociais que decorreram da Revolução Industrial (a urbanização, as alterações sociais do pós-guerra, a “morte” do clã familiar e aumento da importância da família nuclear).

O crescimento da terapia familiar ao longo das décadas foi sendo feito pelo desenvolvimento de diferentes correntes, consideravelmente diversificadas, com ênfases específicos no que se refere às suas concepções acerca da família, da psicopatologia e do modo de intervir terapêuticamente no sistema familiar. Essas correntes constituíram escolas clássicas da terapia familiar que, atualmente, integram o seu corpo teórico resultante de uma recontextualização e reintegração num novo quadro epistemológico na década de 80 do século passado (Relvas, 1999).

A terapia familiar sistémica constituiu um quadro teórico enquadrador e orientador da nossa atividade profissional em todos os contextos anteriormente descritos. No domínio do trabalho clínico efetuado, esse quadro teórico determinou a nossa visão e prática em termos da concepção sobre saúde mental e psicopatologia, determinando, desse modo a forma como nos posicionámos na coconstrução das relações terapêuticas. A intervenção sistémica assumiu-se, também, como lente enquadradora das intervenções e projetos construídos e implementados nos diferentes contextos de realização de atividade profissional, bem como da supervisão efetuada.

A Família enquanto segundo elemento orientador da nossa intervenção

As atividades profissionais por nós realizadas têm, como outro denominador comum, a sua centralização na intervenção com a família em variados contextos (clínico, educação parental, intervenção comunitária, forense) e com diferentes objetivos (mudança terapêutica, reativação de competências, prevenção das toxicodependências, combate à exclusão social, promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens).

Sampaio e Gameiro (1998) definem família como um sistema, “um conjunto de elementos, ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior e mantendo o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento, percorrido através de estádios de evolução diversificados” (p.9). À semelhança de outros sistemas, a família é composta por objetos e respetivos atributos e relações, contém subsistemas e é contida por suprassistemas ligados de modo hierarquicamente organizado e possui limites e fronteiras que a distinguem do seu meio (Alarcão, 2000).

Tendo em consideração que desenvolvemos atividades em várias instituições, com diferentes populações-alvo, de diversos concelhos e regiões, foi possível intervir junto de uma multiplicidade de famílias. Essa multiplicidade foi, precisamente, o traço comum a todos os contextos profissionais em que realizámos atividade. Propomos, assim, para efeito de reflexão, três dimensões fundamentais que nos permitem melhor caracterizar essa diversidade – (1) as características socioeconómicas; (2) a motivação para a procura de ajuda; e (3) as formas de família.

(1) Frequentemente, uma condição socioeconómica superior, implica a existência de uma maior diversidade de recursos (pessoais, financeiros, familiares, relacionais). Esses recursos têm um impacto positivo na forma

como as famílias se posicionam perante os problemas, recorrendo mais prontamente a contextos de ajuda. Uma condição socioeconómica inferior implica, muitas vezes, uma menor disponibilidade desses recursos e uma maior dificuldade de acesso ou distanciamento em relação a contextos de ajuda, apesar da existência do mito de multiassistência (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007).

Do trabalho desenvolvido ao longo destes anos, tivemos oportunidade de acumular uma experiência alargada com a intervenção junto das famílias multiproblemáticas pobres e multiassistidas. Estas famílias podem definir-se como “sistemas que vivem problemas graves de longa duração, em que se sucedem períodos de crise, num contexto de escassos recursos materiais e emocionais” (Sousa, *et al.*, 2007, p. 46). A multiplicidade de problemas que estas famílias vivem implicam a busca de soluções para uma grande diversidade de desafios, através da manutenção de laços familiares fortes e pela intervenção de processos de resiliência. A multiassistência remete para o facto de estas famílias, com frequência, receberem apoios diversificados, de múltiplos profissionais e serviços, regra geral, com descoordenação e fragmentação das respostas (Imber-Black, 1988). A intervenção com as famílias multiproblemáticas pobres e multiassistidas requer a criação de respostas que tenham em conta as suas especificidades, os seus fatores de vulnerabilidade e o reconhecimento das suas competências. Requer, ainda, a adoção de um conjunto de posturas, do interventor e decorrentes da filiação a modelos de apoio colaborativos, que melhorem a eficácia da intervenção (Sousa, *et al.*, 2007).

(2) Considerando uma segunda dimensão para a caracterização das famílias que trabalhamos – a motivação para a procura de ajuda –, destacaríamos dois tipos essenciais de famílias: as que voluntariamente procuram ajuda para determinado problema ou conjunto de problemas; e as que o fazem em contexto de coação.

De uma maneira geral, o estabelecimento de uma relação de ajuda proveitosa com o cliente está dependente do grau em que o pedido de ajuda é voluntário, da motivação do cliente para a mudança e do objetivo da intervenção. Estes três eixos colocam, claramente, a relação terapeuta-cliente num plano de apoio (Soavi & Vianello, cit. in Cirillo, 1994). A intervenção com clientes involuntários implica a necessidade de encontrar formas de superar as singularidades inerentes ao estabelecimento da aliança terapêutica, à resposta aos dilemas éticos (que decorrem da conciliação das obrigações para com o cliente e para com a entidade referenciadora) e à motivação para a mudança, atendendo a que o paradigma dominante (que indica que o psicólogo se deve envolver os clientes através da escuta ativa e da empatia, de modo a que a confiança e a cooperação possam ser construídas) não responde às condicionantes subjacentes a este contexto de intervenção (Sotero & Relvas, 2012).

O estabelecimento deste tipo de relação de ajuda, com clientes voluntários e motivados para a mudança, com os quais se coconstruíram objetivos terapêuticos, caracterizaram a larga maioria dos processos terapêuticos em que participámos, em todos os contextos onde efetuámos

trabalho clínico. Em alguns contextos (Labirinto, CEIFAC, Projeto RIA, Ahma – CAFAP “Raio de sol para todos...”), houve a necessidade de construir formas de intervir terapêuticamente, ou de conduzir avaliações familiares com famílias involuntárias, alvo da intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo pelas CPCJ e pelos Tribunais de Famílias e Menores. O pedido de avaliação e intervenção por parte de uma CPCJ ou de um Tribunal complexifica o contexto de intervenção ao fazer coexistir elementos de ajuda (procura de superação de dificuldades) com elementos de controlo (proteção à criança ou ao jovem). A intervenção neste contexto necessita da complementaridade entre a CPCJ ou Tribunal e os serviços de intervenção familiar, em que os primeiros cumprem uma função hierarquicamente superior aos segundos, assumindo-se como entidades decisoras. Estas definem a área de intervenção do pessoal desses serviços no que se refere à função de controlo, mas legitimando o seu papel na utilização da crise familiar como mecanismo de compreensão da família e de alavanca para as mudanças (Soavi e Vianello, in Cirillo, 1994).

(3) Para a análise da terceira dimensão que propomos para a caracterização das famílias – as formas de família –, importa considerar as transformações sociodemográficas, transversais aos diferentes países da Europa Ocidental, que vieram alterar profundamente o universo da vida familiar (Barreto, 2002; Segalen, 1999; Silva & Relvas, 2007): a quebra regular e acentuada da taxa de nupcialidade, com a diminuição dos casamentos legalmente sancionados e o aumento da coabitação dos jovens casais; o aumento da taxa de divórcios; o aumento do número de nascimentos fora do casamento; a queda da fecundidade com a consequente diminuição do tamanho das famílias; e a alteração da condição feminina, com o regresso da mulher ao mercado de trabalho. A evolução dos indicadores demográficos em Portugal revela uma mudança da realidade social paralela à que se processou em toda a Europa Ocidental, com algumas particularidades decorrentes de marcos históricos significativos como a Guerra Colonial, os diferentes surtos migratórios (inicialmente com um equilíbrio direcionado para a emigração e, recentemente e de forma dramática, infletindo para a imigração e, de novo, para a emigração) e a Revolução de 1974 que “alterou radicalmente a vida política, que teve alterações culturais e económicas de grande dimensão” (Barreto, 2002, p. 5).

Estas profundas transformações sociodemográficas foram acompanhadas de transformações jurídicas que vieram alargar o processo de democratização à própria família (com direitos iguais para homens e mulheres) e favorecer a normalização e aceitação do divórcio (Silva & Relvas, 2002). Se, por um lado, estas transformações se consubstanciaram num processo crescente de nuclearização da família, verificou-se também uma diversificação das suas formas, com as designadas “novas formas de família”. Estas correspondem a uma pluralidade de formas familiares, que, comparando o presente com o passado, se revelam estruturalmente semelhantes às famílias de outrora, mas com significados sociológicos e padrões relacionais diferentes (Almeida et al, 1998). Cabe aos profissionais e aos investigadores considerar os diferentes modelos de família, não por

comparação, oposição ou défice face a uma família padrão, mas ponderando as suas regularidades e singularidades. (Relvas & Alarcão, 2002)

Ao exercermos a nossa atividade profissional neste contexto de rápida transformação social, tivemos oportunidade de conviver com uma grande variedade de formas de família, das quais destacamos as famílias nucleares, as famílias monoparentais, as famílias reconstituídas, as famílias adotivas e as famílias alargadas. Se, nos primeiros anos, esse trabalho foi desenvolvido, essencialmente, com famílias (ou com indivíduos inseridos em famílias) “nucleares tradicionais” (com pai, mãe e filhos de ambos), os últimos anos têm proporcionado um contacto crescente com famílias monoparentais por divórcio ou com famílias reconstituídas, que se mobilizam para a procura de ajuda para fazer face a um conjunto de problemas relacionados com os processos de adaptação (individuais e familiares) às crises inesperadas que vivenciam.

A intervenção comunitária, a educação parental e, mais recentemente, a gestão de processos de promoção e proteção de crianças e jovens (em particular quando estão envolvidas famílias multiproblemáticas e multiassistidas), têm envolvido um número crescente de famílias complexas, que associam uma ou várias reconstituições familiares à convivência de várias gerações (como estratégia de resposta ao défice de recursos económicos).

Intervenção no âmbito do sistema de promoção e proteção.

A Constituição da República Portuguesa (2005), no n.º 1 do seu artigo 26.º, reconhece a todos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação. No seu artigo 69.º, a lei constitucional aborda a questão particular dos direitos das crianças, definindo que as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. Para além disso, constitui um dever do Estado assegurar especial proteção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal.

Em 20 de novembro de 1989, a Assembleia Geral nas Nações Unidas adotou a Convenção dos Direitos da Criança, que veio a ser ratificada por Portugal pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/90 (1990). Nesta Convenção os Estados Partes apresentaram o compromisso de garantir a proteção e os cuidados necessários ao bem-estar da criança, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que a tenham legalmente a seu cargo, adotando, para o efeito, as medidas legislativas e administrativas adequadas. A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), publicada em anexo à Lei n.º 147/99 (1999), veio reificar estas obrigações do Estado Português ao definir as novas linhas e os princípios de intervenção inerentes ao Sistema de Promoção dos

Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Muito antes da promoção da centralidade da criança na sociedade ocidental e na vida familiar, surgida com as transformações do pós-guerra, a primeira iniciativa legislativa do Estado Português no sentido de proteger as crianças e jovens e os seus direitos remonta à primeira versão do Código Civil, de Seabra (1867), cujo texto vigorou até 1966, dedicando o seu Título IX à “Incapacidade por Menoridade e o seu Suprimento”. Em 1911, já com o regime republicano instituído, é publicada a Lei de Proteção da Infância, que vem criar a Tutoria de Infância e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças. Outros marcos importantes foram a publicação da Organização Tutelar dos Menores (1967) e sua posterior revisão (1978). Pela publicação do Decreto-lei 189/91 (1991), são criadas as Comissões de Proteção de Menores que foram sucessivamente instaladas até 1999, ano de profunda mudança do Sistema de Promoção e Proteção e de reorganização das mesmas em Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Em vigor desde janeiro de 2001, a LPCJP veio trazer um novo modelo de proteção de crianças e jovens em perigo, que apela à participação ativa da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado, concretizada nas CPCJ, capaz de estimular as sinergias locais potenciadoras do estabelecimento de redes de desenvolvimento social. O sistema de promoção e proteção assenta num princípio de subsidiariedade da intervenção junto das crianças e jovens em perigo, que responsabiliza pela sua proteção, sucessivamente, as entidades com competência em matéria de infância e juventude (escolas, centros de saúde, instituições particulares de solidariedade social, entre outras), as CPCJ e, em última instância, os Tribunais.

Ao longo de onze anos de experiência profissional, tivemos a oportunidade de intervir em diferentes níveis do sistema de promoção e proteção: no acompanhamento de situações de crianças e jovens em perigo, em entidades com competência em matéria de infância e juventude; na avaliação e intervenção de famílias de crianças e jovens alvo da intervenção das CPCJ, com medidas de promoção e proteção em meio natural de vida (Labirinto, CEIFAC, Projeto RIA e CAFAP “Raio de sol... para todos”); na gestão de processos de promoção e proteção, integrado na CPCJ de Ílhavo e na supervisão das equipas técnica e educativa de um Lar de Infância e Juventude, direcionado a jovens alvo de medidas de acolhimento institucional (Obra do Frei Gil – Plano DOM).

Educação Parental

Para além da intervenção terapêutica com famílias, a necessidade de desenvolver trabalho a um nível preventivo e direcionado à reativação de competências parentais, em diferentes contextos (projetos de combate à exclusão social; respostas sociais integradas; prevenção do mau trato infantil) colocou-nos em contacto com a educação parental.

O Comité dos Ministros do Conselho da Europa, através da sua recomendação Rec(2006)19, veio enfatizar a importância da parentalidade

positiva e reconhecer a centralidade da família e do papel parental, responsabilizando os Estados Membros da União Europeia pela criação de condições para a promoção da parentalidade positiva, pelo desenvolvimento de medidas legislativas, administrativas e financeiras [Rec(2006)19, 2006], destacando, de entre estas, o papel da educação parental.

A educação parental pode definir-se como “um conjunto de atividades educativas e de suporte que ajudem os pais ou futuros pais a compreenderem as suas próprias necessidades sociais, emocionais, psicológicas e físicas e as dos seus filhos e que aumentem a qualidade das relações entre eles” (Pugh et al., 1997 cit. in Gaspar, 2003, p. 4). Esta modalidade de intervenção implica um modelo de envolvimento com os pais que conjuga uma dimensão educativa com uma dimensão afetiva e experiencial, que pode direcionar-se a famílias com necessidades especiais, por apresentarem em situações de risco acrescido (como por exemplo, pais com filhos sujeitos a medidas protetivas, ou pais de crianças com deficiência).

Existe um número de crescente de crianças que crescem e se desenvolvem integradas em famílias com uma elevada complexidade em termos de estrutura relacional e sujeitas a grandes níveis de stress; nestas famílias é fundamental uma quebra precoce da cadeia desenvolvimental que as caracteriza, através da intervenção na parentalidade, enquanto variável central que pode ser modificada (Kumpfer, 1999). É este princípio geral que consideramos assumir particular relevância nas famílias com quem desenvolvemos programas de educação parental no Projeto RIA e na Câmara Municipal de Ílhavo.

A criação e implementação de programas de educação parental têm constituído um desafio permanente ao longo da nossa vida profissional, uma vez que tem implicado a recolha de contributos e diversos profissionais, uma reflexão permanente sobre as práticas e procura soluções promotoras do sucesso.

Parte II – Estudo crítico-reflexivo sobre o programa de educação parental “Em Equilíbrio”⁵

Resumo

O presente estudo apresenta uma reflexão crítica sobre o programa de educação parental “Em Equilíbrio”, que tem vindo a ser implementado no âmbito de uma rede interinstitucional, numa lógica de intervenção seletiva, tendo como objetivo geral a promoção do desenvolvimento de competências parentais. O estudo segue uma metodologia mista – quantitativa, com a análise descritiva da frequência dos questionários de avaliação global dos participantes e qualitativa, com a análise temática da documentação produzida nas onze edições do programa –, centrada em amostras de pais e de técnicos. Os resultados alcançados apontam para o impacto do programa em fatores-chave da parentalidade e dinâmica familiar relacionados com a prevenção do comportamento antissocial e dos maus tratos infantis. O estudo conclui que existe um bom ajustamento entre os objetivos do programa e a sua metodologia de implementação. A sua principal mais-valia é a dinamização e envolvimento da rede formal das famílias e os aspetos a melhorar são a objetividade da seleção dos participantes, disponibilidade de supervisão, a centralidade interventiva e o modelo de avaliação.

Palavras-chave: educação parental; família; parentalidade; prevenção.

Abstract

This study presents a critical reflection about the parent education program "Em Equilíbrio", which has been implemented within an inter-institutional network, in a logic of selective intervention, with the overall aim of promoting the development of parenting skills. The study follows a mixed methodology – quantitative, with the descriptive analysis of frequency of the global assessment questionnaires from the participants and qualitative, with thematic analysis of documents produced in the eleven editions of the program - which focuses on samples of parents and coaches. The results obtained point to the program's impact on key factors of parenting and family dynamics related to the prevention of antisocial behavior and child abuse. The study concludes that there is a good fit between the goals of the program and its implementation methodology. Its main asset is the promotion and involvement of the family's formal network and the aspects to improve are the objectivity of participant selection process, availability of supervision, centrality of intervention and evaluation model.

Keywords: parental education; family; parenting; prevention.

⁵ A opção pela reflexão sobre esta atividade em formato de artigo científico implica a possibilidade da sua leitura autónoma em relação às restantes partes do Relatório. Por esse motivo será possível encontrar aqui alguma sobreposição de conteúdos relativamente às partes I e III e uma lista de referências bibliográficas com títulos repetidos em relação à bibliografia geral.

Introdução

O objetivo deste estudo é analisar empiricamente o trabalho realizado através da criação e implementação de um programa de educação parental, no contexto do Projeto RIA – Rede de Intervenção de Aveiro e da Câmara Municipal de Ílhavo. A relevância do programa, e consequentemente da sua análise, prende-se com os seguintes aspetos: (1) constitui uma resposta a uma necessidade de um projeto – criação de um modelo de educação parental adequado ao público-alvo e à rede de parceiros que o integram, de uma forma complementar a outras ações que foram desenvolvidas; (2) foi implementado, sucessivamente avaliado e reformulado, tendo já sido realizadas onze edições; (3) o programa foi replicado noutras instituições em Aveiro e em Ílhavo (com redes de parceiros distintas); (4) dois dos grupos de educação parental implementados foram alvo de uma avaliação externa, cujos resultados já foram publicados, o que permite uma base de reflexão sobre o programa; (5) o programa ainda se encontra a ser implementado, pelo será útil refletir numa perspetiva de enriquecimento futuro.

1. Apresentação do Programa

O programa de educação parental “Em Equilíbrio” foi planeado e desenvolvido no âmbito do Projeto RIA – Rede de Intervenção de Aveiro, entre 2005 e 2010, no âmbito da Medida 1 do PROGRIDE – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento, criado pela Portaria 730/2004 (2004) do Ministério do Trabalho e da Segurança Social que pretendia implementar uma política eficaz e articulada, que tomasse como alvo essencial as pessoas mais desfavorecidas e os territórios confrontados com problemas de exclusão, que assentasse na plena integração de todos, que valorizasse a igualdade de oportunidades e o respeito pela dignidade e direitos humanos e que fomentasse as solidariedades locais.

Para concretizar estes objetivos a Rede Social de Aveiro (estrutura que integra todas as entidades com intervenção relevante na área social) elaborou, pela primeira vez, uma candidatura a um projeto coletivo para todo o concelho, que integrou 64 parceiros, entre instituições públicas e privadas. O Projeto RIA era composto por onze ações que se centravam na problemática das famílias em risco do concelho de Aveiro, tendo como entidades promotora, financiadora e executora, respetivamente, a Câmara Municipal de Aveiro, o Instituto da Segurança Social, I.P. e o Centro Social de Azurva. Os domínios abrangidos por essas ações incluíram o apoio psicossocial e terapêutico às famílias, promoção da empregabilidade e empreendedorismo, dinamização da comunidade, atividades ludicopedagógicas com jovens, voluntariado e dinamização da rede secundárias das famílias. A Ação n.º 3 deste Projeto – *Ações de formação dirigidas às famílias* – teve como objetivo primordial a promoção da aquisição de competências por parte dos seus beneficiários (nas áreas da Gestão Doméstica, Higiene e Segurança, Educação para a Cidadania, Igualdade de Oportunidades e Saúde, entre outras) através da celebração de parcerias com as instituições locais. Sendo este objetivo geral o ponto de partida para a execução desta ação, e tendo sido identificada pela rede de

parceiros a necessidade de uma resposta ao nível da educação parental, criou-se o programa de educação parental “Em Equilíbrio”.

Depois de criado e desenvolvido neste contexto, foi replicado, no Concelho de Aveiro (com o apoio da equipa do Projeto RIA), pelas equipas dos protocolos do Rendimento Social de Inserção (RSI), integrando famílias beneficiárias desta medida de apoio social. No Concelho de Ílhavo, no âmbito da atividade profissional que desenvolvemos na Câmara Municipal, temos vindo a implementar o mesmo programa, no contexto do Atendimento Social Integrado (ASI) do município. O ASI visa apoiar os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores de situações de pobreza e exclusão social. Permite uma melhoria do funcionamento e articulação entre as organizações com responsabilidades no atendimento de âmbito social, indo ao encontro do princípio da subsidiariedade, visando uma maior eficácia e eficiência no atendimento e respostas aos problemas das famílias e uma melhoria dos níveis de satisfação dos beneficiários. É constituído por uma Equipa de Execução e uma Equipa de Cooperação, assentes num protocolo de parceria para a implementação do serviço, que vigora desde abril de 2008 (Câmara Municipal de Ílhavo, 2008).

1.1. Enquadramento conceptual

Educação Parental: Percurso e definições

Gaspar (2005), traça as linhas gerais do desenvolvimento da educação familiar enquanto forma de educação e de intervenção nas famílias, partindo da perspetiva de Durning (1999), que identifica as quatro raízes da emergência atual desta disciplina: da prevenção da mortalidade infantil à promoção do desenvolvimento harmonioso da criança; da luta contra o insucesso escolar até à investigação em intervenção precoce; da institucionalização especializada à manutenção na comunidade das crianças deficientes e à ajuda aos pais com um programa individualizado; e da intervenção com famílias carenciadas às ações direcionadas a todos os pais. A autora conclui que, desde as raízes iniciais da educação familiar (final do Século XIX e início do Século XX), até à atualidade, na Europa e Estados Unidos da América, se verificou um movimento socio-histórico cultural no sentido de uma modalidade de intervenção desenvolvida por pessoas mais profissionalizadas e mandatadas pelo Estado.

A família atual vive num contexto de profundas transformações sociodemográficas associadas ao desemprego, emprego precário, ao aumento da atividade feminina e ao crescimento exponencial da monoparentalidade por divórcio. Estas transformações consubstanciaram-se num aumento do stresse associado à vida quotidiana e num impacto nas relações familiares no desenvolvimento dos filhos. De acordo com Kagan (1995), a consciência do impacto destas transformações sociais na vida familiar tornou-se presente no conhecimento científico e na consciência pública, tendo-se verificado uma proliferação de programas de suporte familiar e educação parental. Esta proliferação suscitou um conjunto de

questões relacionadas: com a sua nomenclatura (empoderamento familiar, educação familiar, educação da vida familiar, apoio parental, apoio familiar, entre outras); com a equidade no acesso pelas famílias de baixos recursos; com a sua natureza voluntária ou involuntária (decorrente da construção de programas de intervenção direcionados a realidades específicas como os maus tratos infantis ou abuso de substâncias ilícitas); com o respeito pela diversidade cultural das práticas parentais; e com a avaliação da sua qualidade e metodologias alicerçada em evidências científicas (Kagan, 1995). Contudo, apesar da diversidade de formas de concretizar essas intervenções, existe um conjunto de princípios comuns que as une: 1) tendem a centrar-se na prevenção e otimização em detrimento do tratamento; 2) reconhecem a necessidade de envolver a família na sua globalidade e a comunidade; 3) empenham-se em envolver a família como participante ativo no planeamento e execução dos programas, em vez de a considerar “cliente passivo”; 4) consideram uma abertura à diversidade cultural; 5) propõem uma avaliação das necessidades, programação e avaliação centrada nas forças; e 6) exigem recursos humanos mais flexíveis (Dunst & Trivette, 1994, citados por Kagan, 1995).

Gaspar (2003, 2005) considera a existência de um novo paradigma para a educação parental, centrado numa visão de família enquanto célula primordial da sociedade (e espaço de desenvolvimento, educação e socialização), na validação da multiplicidade de famílias que emanaram das transformações sociodemográficas das últimas décadas e numa visão pós-moderna construcionista dos papéis familiares e do sistema familiar. Segundo a autora, nas últimas décadas do século XX, processou-se uma mudança de uma educação parental remediativa, alicerçada numa visão do profissional-especialista, com uma forte componente de controlo social, para um modelo de tipo sociocultural, bioecológico, multissistémico, baseado nas potencialidades. Com a mudança de paradigma, as definições atuais de educação parental envolvem uma componente pessoal e experiencial dos pais, em que é dada centralidade aos seus sentimentos, motivações, atitudes e valores distinguindo-se, assim, de uma intervenção estritamente didática (Doherty, 1995). A Educação Familiar passa a ser concebida como “um conjunto de atividades educativas e de suporte, que ajudem os pais ou futuros pais a compreenderem as suas necessidades sociais, emocionais, psicológicas, e físicas e as dos filhos e aumentem a qualidade das relações entre eles” (Pugh *et al.*, 1997, citados por, Gaspar, 2005, p. 4).

Mahoney, Kayser, Girolametto e MacDonald (1999) e Kaiser *et al.* (1999) defendem a necessidade de uma visão contemporânea da educação parental, como parte integrante da intervenção precoce, que clarifique a sua definição, resultados desejados, formação de base para os profissionais e linhas de investigação. A educação parental é definida como “um ato comunicacional, que é bidirecional (pais e profissionais participam na troca de informações), transaccional (pais e profissionais mudam o seu comportamento em resposta ao que é expresso durante a comunicação) e baseado num propósito e foco de atenção partilhados (que são definidos pelos pais e pelos profissionais no início da interação e que podem ser

transformados no seu decurso) (Kaiser *et al.*, 1999, p. 174).

Numa procura mais aprofundada de outras definições de educação familiar e parental, Gaspar (2005) identifica várias perspetivas sobre esta disciplina que a definem como:

- a) O conjunto de intervenções sociais implementadas para preparar, apoiar, ajudar ou mesmo substituir os pais na sua função educativa face aos seus filhos, tendo como objetivo último formar a relação entre pais e filhos (Durning, 1999, citado por Gaspar, 2005);
- b) Programas que têm como objetivo apoiar os pais nesse “emprego para a vida”, como forma de suporte ou educação, com o objetivo de levar os pais a desenvolverem formas alternativas de aumentar a qualidade da sua própria parentalidade, ou sentirem-se reconfirmados como pais nos métodos que utilizam (Smith, 1996, citado por Gaspar, 2005);
- c) Programa educacional que visa as necessidades intelectuais, emocionais culturais e físicas dos pais e da criança, com o objetivo de apoiar as interações recíprocas de respeito mútuo entre os pais e os filhos (*College of Education and Human Development, Departement of Curriculum and Instruction da Universidade de Minesota*, citado por Gaspar, 2005).

Kumpfer (1999) efetua uma caracterização das intervenções familiares e parentais, com o objetivo de orientar as políticas de prevenção e intervenção na delinquência juvenil, na qual a autora identifica diferentes tipos de abordagens dirigidas à parentalidade. Distingue os programas comportamentais de treino parental, (mais longos, estruturados, manualizados, com treinos de competências e trabalhos de casa), dos programas de educação parental (mais curtos e que envolvem, geralmente, o ensino de formas de melhoria da parentalidade ou das relações familiares, assumindo uma multiplicidade de modalidades e com recurso a diferentes meios de transmissão de informação).

Num esforço para diferenciar a educação parental da terapia familiar, Doherty (1995), criou o Modelo dos Níveis de Envolvimento Familiar, com cinco níveis de envolvimento hierarquicamente organizados, desde uma ênfase mínimo na família (nível um), ao nível terapêutico (nível cinco). O autor exclui do âmbito da educação parental os níveis um e cinco, considerando que esta decorre nos níveis dois (informação e orientação, com uma dimensão colaborativa com as famílias), três (emoções e suporte, o nível ótimo para a maioria das intervenções de educação parental) e quatro (intervenções breves focalizadas, com famílias com necessidades especiais e situações de risco elevadas). A educação parental “deve ter maior profundidade pessoal que outras formas de educação, mas demasiada profundidade ou intensidade pode danificar os participantes (...), que devem ser capazes de contar a sua história, expressar os seus sentimentos e valores e ser encorajados a tentar novos comportamentos” (Doherty, 1995, p. 353).

No relatório *The Market for Parental & Support Services*, solicitado pelo *DfES, Children's Services*, considera-se a existência de quatro níveis de

necessidade dos pais/famílias na organização dos serviços de educação parental: 1) nível 1, *universal*, acedido voluntariamente por todos os pais que percecionem necessidade de apoio ao exercício da sua parentalidade; 2) nível 2, *universal e voluntário*, mas em que a identificação da necessidade de apoio parte de um profissional; 3) nível 3, *intervenções indicadas ou seletivas*, em muitos casos involuntárias, com imposição da sua frequência associadas a penalizações ou perda da guarda das crianças; 4) nível quatro, *capacitação de um sistema parental* a quem a guarda de uma criança foi retirada numa perspetiva de reunificação familiar (citado por Abreu-Lima, *et al.*, 2010).

De acordo com Abreu-Lima, *et al.* (2010), as investigações que têm vindo a ser conduzidas no que se refere à identificação de pais ou famílias com indicação para beneficiarem de programas de educação parental, têm concluído que existem condições que colocam os pais numa situação de elevada prioridade, nomeadamente, os que apresentam as características que se seguem:

- a) isolamento geográfico;
- b) enquadramento numa estrutura familiar que difere da estrutura da família de origem;
- c) inserção numa cultura diferente da cultura dominante e/ou situação de imigração recente;
- d) existência de crianças com necessidades educativas especiais ou que apresentam problemas específicos do foro comportamental ou emocional;
- e) baixos níveis educacionais que impedem o apoio à escolaridade dos filhos e o envolvimento com a escola;
- f) existência de abuso durante a sua infância;
- g) vivência de uma situação de monoparentalidade.

Políticas de apoio à parentalidade positiva

O quadro normativo da Convenção dos Direitos da Criança tem inspirado a adoção de um conjunto de ações legislativas e não legislativas, por parte dos Estados que a ratificaram, que consubstanciaram as orientações, diretrizes e recomendações dela emanadas. No domínio das ações legislativas, a Constituição da República Portuguesa vincula o Estado a respeitar, simultaneamente, os princípios universais que consagram o superior interesse da criança e a autonomia e responsabilidade da família na assunção das responsabilidades subjacentes à filiação. Constituem outros exemplos de medidas legislativas, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, 1999), que define o quadro legal em que se processa a intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo e a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, 1999), que define as medidas tutelares que visam a educação dos menores (que, entre os 12 e os 16 anos de idade praticam factos qualificados como crime) para o direito e a sua inserção de forma digna e responsável na vida em comunidade.

Tendo presente a diversidade de situações familiares e as suas

necessidades na sociedade europeia contemporânea, a Recomendação do Comité dos Ministros do Conselho da Europa Rec(2006)19 veio definir a parentalidade positiva como “um comportamento parental, baseado no interesse superior da criança, que satisfaz as suas necessidades, a sua capacitação, que não é violento e que proporciona o reconhecimento e a orientação que envolve a definição de limites para proporcionar um desenvolvimento pleno da criança” [Rec(2006)19, 2006]. O mesmo documento reconheceu a centralidade da família e do papel parental, responsabilizando os Estados Membros da União Europeia pela criação de condições para a promoção da parentalidade positiva, pelo desenvolvimento de medidas legislativas, administrativas e financeiras: que garantam às famílias níveis de vida apropriados e que previnam a pobreza e a exclusão social; facilitem a conciliação entre a vida profissional e familiar e a responsabilidade conjunta dos pais na educação das crianças; e promovam a criação de serviços de alta qualidade capazes de responder às necessidades de informação, formação e aconselhamento ao exercício do papel parental (programas de educação parental).

Avaliação das intervenções de Educação Parental em Portugal

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, anexa à Lei n.º 147/99 (1999), no seu artigo 41.º, prevê que quando são aplicadas as medidas em meio natural de vida de “apoio junto dos pais” e de “apoio junto de outro familiar”, os responsáveis pelas crianças ou jovens possam, beneficiar de um programa de formação visando o melhor exercício das funções parentais.

A Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPJCR), organismo responsável pelo acompanhamento, apoio e avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), efetuou um pedido de orientação científica para a regulamentação da medida de Educação Parental prevista no citado diploma legal⁶. Esse pedido centrou-se na necessidade de conhecer o tipo de práticas que estão a ser implementadas em Portugal neste domínio e os resultados que apresentam na forma como as figuras parentais veem, sentem e pensam o exercício do seu papel. Abreu-Lima et al. (2010) apresentam os resultados da investigação levada a cabo para o efeito, alicerçada no princípio de que “a oferta progressiva de programas de educação parental, estandardizados e baseados em evidência, (...) exige que as recomendações que possam fazer-se no que diz respeito ao desenvolvimento desse tipo de intervenção sejam cada vez mais baseadas no conhecimento dos seus reais efeitos no bem-estar dos indivíduos, grupos e comunidades” (p. 2).

No âmbito desta investigação, foram avaliadas 68 intervenções de educação parental, envolvendo 609 sujeitos, que as autoras organizaram em

⁶ Para o efeito, foi estabelecido um protocolo entre a CNPCJR, o ISS, I.P., a Direção Geral da Segurança Social, a Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, o Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

quatro grupos: 1) intervenções internacionais estandardizadas, (programas validados, baseados em evidência, traduzidos e adaptados à língua portuguesa); 2) intervenções nacionais estandardizadas (programas manualizados e com condições pré-definidas de aplicação) (3) intervenções estruturadas (construídas à medida das necessidades dos participantes mas com grau de estruturação que permite a sua relativa replicação); e 4) intervenções flexíveis (construídas em função das necessidades específicas do grupo alvo, sem condições de replicação) (Abreu-Lima et al., 2010, p. 22). Duas edições do programa “Em Equilíbrio” foram incluídas neste estudo, tendo sido considerada uma intervenção estruturada.

De acordo com os resultados obtidos, as intervenções de educação parental ajudaram os pais ou outras figuras cuidadoras participantes a ter maior consciência das suas práticas educativas, na medida em que: perceberam a necessidade de alterar comportamentos e práticas e introduziram mudanças no exercício da sua parentalidade, revelaram maior empatia com as necessidades das crianças e menor confusão com as suas próprias necessidades, valorizaram menos os castigos físicos como estratégia educativa, revelaram maior respeito pela identidade e pelo tempo da criança, perceberam um maior sentido de competência e menor stresse parental, revelaram menores índices de depressão, menor isolamento, maior apoio social e perceberam uma redução no número e intensidade dos problemas de comportamento das crianças. (Abreu-Lima *et al.*, 2010, p. 69). O sentimento de reconhecimento enquanto pessoas, de validação das suas competências e dificuldades, a aprendizagem de estratégias para lidar com os problemas e a aprendizagem da importância de organizar o quotidiano foram os aspetos mais relevantes que os participantes no estudo referiram ao nível da avaliação da satisfação com as intervenções de educação parental (*idem, ibidem*).

Na análise efetuada das diferenças observadas entre pré-teste e pós-teste, as autoras concluíram que “é impossível afirmar maior utilidade ou interesse de qualquer um dos tipos de intervenção estudados, exceção feita para a perceção de maior apoio social que está claramente mais associado às intervenções estandardizadas e estruturadas, com condições de implementação associadas” (*idem*, p. 70). Reconhecendo as vantagens da estruturação e estandardização das intervenções, as autoras alertam para a necessidade de, na implementação destas intervenções, os dinamizadores as perspetivarem como processos coconstruídos com os participantes, sendo essencial a empatia com as necessidades dos pais. A duração das intervenções de educação parental e a assiduidade dos participantes não serão variáveis fundamentais, ainda que possam contribuir para um aumento da rede de apoio e para a perceção de maior empatia com a criança (Abreu-Lima *et al.*, 2010, p. 70). Estas conclusões estão em linha com outras investigações sobre a eficácia da educação parental que identificaram efeitos como mudanças ao nível de atitudes parentais e melhorias na perceção do seu comportamento parental real comparando com a perceção do ideal (Pehrson & Robinson, 1990).

1.2. Conceção, objetivos e implementação

O programa “Em Equilíbrio” foi construído e implementado numa rede de parceria interinstitucional, numa lógica de prevenção seletiva ou indicada, com uma modalidade de intervenção grupal, sendo direcionado a famílias em que se identificam fatores de risco relevantes (associados aos maus tratos infantis, toxicodependências, comportamento antissocial e desenvolvimento emocional futuro), ou a famílias em que se verificam problemáticas específicas (famílias com filhos adolescentes com problemas de integração escolar). Concomitantemente, as famílias envolvidas beneficiam da intervenção de uma entidade (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; equipas dos protocolos do Rendimento Social de Inserção; ação social por parte de uma instituição particular de solidariedade social; escolas; outros tipos de intervenção), cujos técnicos responsáveis (assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais) desempenham um papel de referenciação das famílias para o programa.

Este programa apresenta objetivos centrados (1) nos pais e famílias que o frequentam e (2) na rede de instituições que integram a parceria visando o suporte à sua execução.

No que se refere aos pais, o objetivo geral do programa prende-se com a promoção do desenvolvimento de competências parentais, pela sua (re)ativação, o que se concretiza nos seguintes objetivos específicos:

- a) aumentar a perceção dos pais das suas necessidades (sociais, emocionais, psicológicas e físicas), bem como das dos seus filhos, de modo a aumentar a qualidade das relações entre ambos;
- b) favorecer o autoconhecimento, a autoestima e o bem-estar dos pais, dando ênfase a uma componente emocional e experiencial centrada nos sentimentos, motivações, atitudes e valores dos participantes;
- c) aumentar o bem-estar das famílias, desenvolvendo um trabalho complementar a outros tipos de intervenção (a nível terapêutico e social), que potencie os resultados obtidos;
- d) prevenir fenómenos como os maus tratos infantis, o desenvolvimento de comportamentos antissociais e as toxicodependências, intervindo precocemente nos fatores de risco e de proteção associados à parentalidade.

No que se refere à rede de instituições que integram a parceria de suporte ao programa, são objetivos:

- a) criar uma rede de suporte institucional que disponibilize recursos para a execução do programa, de forma a assegurar a sua sustentabilidade;
- b) aumentar a eficácia da intervenção de cada um dos parceiros junto das famílias.

Para a consecução dos objetivos do programa “Em Equilíbrio”, os técnicos da rede de parceiros (psicólogos, técnicos de serviço social, educadores sociais, médicos, juristas, educadores de infância e outros técnicos com intervenção relevante nas famílias), organizaram-se em grupos

de trabalho:

- a) o *grupo de trabalho alargado*, composto por todos os intervenientes no programa, no qual são tomadas as decisões de fundo inerentes ao seu planeamento, implementação e avaliação;
- b) o *grupo de trabalho restrito*, composto pelos intervenientes que participam no processo de seleção das famílias, com as quais possuem uma relação decorrente do trabalho que levam a cabo na rede secundária das mesmas (gestores de caso, terapeutas);
- c) o *grupo de dinamizadores*, que são responsáveis pela dinamização da primeira parte das sessões do programa dedicadas a temáticas específicas;
- d) o *par de mediadores*, presentes em todas as sessões, que são responsáveis pela facilitação da primeira parte e pela condução da segunda parte das sessões, articulação da intervenção de todos os intervenientes e coordenação dos recursos envolvidos.

Tendo em consideração as funções assumidas pelos mediadores, é conveniente que estes formem par com elementos de sexos diferentes e que possuam algumas características básicas como:

- a) possuir experiência na dinamização de grupos;
- b) possuir conhecimentos ao nível dos processos de desenvolvimento familiar e individual, conhecendo em pormenor as tarefas desenvolvimentais inerentes a cada uma das etapas do ciclo vital da família;
- c) ter conhecimentos básicos de psicopatologia;
- d) conhecer de forma aprofundada o programa e ter bem presentes os seus princípios orientadores.

A experiência enquanto pai/mãe, sendo importante, não é essencial, ainda que possa favorecer os processos de identificação das famílias com o mediador, de validação do seu papel e de empatia mútua.

Implementação

A implementação do programa “Em Equilíbrio” obedece a quatro fases distintas: (1) preparatória; (2) seleção de participantes; (3) implementação; e (4) avaliação.

(1) Fase preparatória

A fase preparatória tem início com uma ou mais reuniões do grupo de trabalho alargado na qual são tomadas decisões sobre a calendarização do programa, o grupo alvo a que este será direcionado, o local de funcionamento e as condições de implementação (transporte, acompanhamento das crianças durante as sessões, lanche). Todos os recursos logísticos necessários, como os espaços físicos, materiais e equipamentos, comunicações e transportes, são assegurados pelas entidades que integram o grupo de trabalho alargado. Uma das decisões mais importantes desta fase prende-se com a definição do grupo alvo do programa. A escolha do grupo alvo pode incidir numa determinada etapa do ciclo vital da família ou incluir

pais de famílias em que se verifique uma problemática específica. No decurso da fase preparatória é definido um critério geral para a inclusão de famílias no grupo alvo e é agendada a primeira reunião do grupo de trabalho restrito, que constituirá o ponto de partida para a fase de seleção.

(2) Fase de seleção de participantes

Nesta fase, são previamente definidos alguns critérios específicos de seleção e de exclusão de famílias. Mediante a aplicação desses critérios procura-se identificar famílias com características, estrutura, dinâmica de funcionamento e fatores de risco que justifiquem a intervenção ao nível da educação parental, distinguindo-as daquelas em que se torna mais premente uma abordagem terapêutica (Doherty, 1995; Abreu-Lima, *et al.*, 2010). Procura-se, ainda, chegar a um grupo alvo com um nível ótimo de homogeneidade/heterogeneidade – grupos de pais demasiado homogêneos poderão ter um menor potencial no que se refere ao desenvolvimento de competências por via da partilha de experiências, ao passo que grupos demasiado heterogêneos poderão criar dificuldades específicas na adesão e de desenvolvimento de sentimento de pertença dos participantes. Podem constituir critérios de exclusão a existência, no presente, de crises inesperadas na família, que estejam a implicar uma (re)adaptação e uma mudança global ao nível dos papéis familiares, situações graves de violência familiar, situações de carência económica extrema que suscitem a necessidade de uma intervenção prévia a outro nível que não a educação parental, para além de qualquer problemática que remeta para a necessidade de intervenção a um nível terapêutico.

Os técnicos que compõem o grupo de trabalho restrito, com base nos critérios definidos, sinalizam famílias, de entre as que apoiam nas suas instituições, preenchendo uma ficha de caracterização (cf. Anexo II), que permite resumir, de forma anónima (mediante a atribuição de um código): os dados sociodemográficos do agregado familiar; a intervenção que já está a ser realizada e as principais necessidades da família (na perspetiva dos técnicos), para além de uma apreciação sobre o grau de motivação da família para a frequência do programa. As famílias sinalizadas nesta fase compõem um grupo alvo inicial. A informação contida nas fichas de caracterização é discutida numa reunião de trabalho, o que constitui um segundo nível de seleção. É aprofundada a reflexão sobre a indicação que cada família apresenta para frequentar o programa. No final desta reunião, após confirmação da seleção ou exclusão das famílias sinalizadas, chega-se a um grupo-alvo potencial para a frequência do programa.

As famílias que integram o grupo alvo potencial são convidadas, pelos técnicos que as sinalizaram, para comparecer numa sessão de esclarecimento, que decorre, no horário e no espaço em que serão realizadas as sessões, uma semana antes do início previsto. Os técnicos acompanham as famílias à sessão de esclarecimento, dinamizada pelos mediadores, e estão presentes no decurso da mesma, apoiando no esclarecimento de qualquer dúvida e colaborando na resposta a constrangimentos que impeçam os pais de participar. A sessão de esclarecimento tem como objetivos apresentar o

modelo de funcionamento e o programa, responder a dúvidas dos participantes e transmitir a experiência de participantes de grupos anteriores (que transmitem aquilo que o programa representou nas suas vidas, as potencialidades e dificuldades sentidas e o impacto na vida familiar). Com o testemunho dos participantes de grupos anteriores, pretende-se efetuar uma validação social das suas mudanças e motivar os novos participantes para que decidam inscreverem-se.

Uma vez que a frequência no programa é voluntária, no final da sessão de esclarecimento, chega-se a um grupo-alvo final, composto por todas as famílias que decidiram inscrever-se no programa. Idealmente, este grupo-alvo final deverá ser composto por 8 a 12 participantes, o que, no caso de se envolverem díades parentais, corresponderá a 4 a 6 famílias. Assentando as sessões na partilha de experiências dos pais, centrada nos seus sentimentos, emoções e valores, grupos demasiado alargados podem inibir a participação e colocar constrangimentos relacionados com a gestão do tempo para a sessões.

(3) Fase de Implementação

O programa “Em Equilíbrio” é composto por 12 sessões semanais e uma sessão de *follow-up*, realizada passados três meses, em horários ajustados às necessidades das famílias, em que estão sempre presentes os mediadores. Sempre que possível, é disponibilizado transporte às famílias e um espaço com pessoas (técnicos ou voluntários) que se ocupam dos filhos no decurso das sessões. As sessões decorrem em espaços físicos cedidos pelos parceiros do grupo de trabalho alargado, em locais ajustados à área de residência das famílias.

O programa integra diferentes tipos de sessões (cf. Tabela 2):

- a) a *sessão de apresentação*, em que é realizada a apresentação de todos os participantes, o diagnóstico das necessidades dos pais relativamente a cada tema proposto (ou outros temas) e a negociação das regras do grupo;
- b) as *sessões temáticas*, sete no total, com a presença dinamizador(es) e em que os mediadores desempenham um papel de facilitação. São abordados temas específicos, de uma forma previamente acordada entre os mediadores e dinamizador(es), em função das conclusões do diagnóstico de necessidades e das características do grupo;
- c) os *espaços de reflexão*, num total de três, em que os mediadores, partem de um conjunto de questões de reflexão ou da utilização de técnicas ativas para promover a partilha de experiências por parte dos participantes;
- d) a *sessão de balanço final*, a última do programa, em que os mediadores efetuam com os pais um balanço do programa e em que se identificam aspetos relacionados com o impacto do programa na vida familiar (com base nos relatos dos pais);
- e) a *sessão de follow-up* tem como objetivo, avaliar o impacto do programa na vida das famílias, a persistência dos ganhos e fortalecer os laços informais entre as famílias.

Tabela 2. Estrutura do programa “Em Equilíbrio”

Sessões	Tipo/Objetivo	Responsáveis
Sessão 1	Apresentação, diagnóstico de necessidades e definição das regras do espaço	Mediadores
Sessão 2	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 3	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 4	Espaço de reflexão	Mediadores
Sessão 5	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 6	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 7	Espaço de reflexão	Mediadores
Sessão 8	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 9	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 10	Espaço de reflexão	Mediadores
Sessão 11	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 12	Balanço final	Mediadores
<i>Follow-up</i>	Avaliação do impacto	Mediadores

A definição dos temas das sessões temáticas é determinada pelas características do grupo alvo, sendo incluídos aspetos de índole mais geral (relacionados com o desenvolvimento individual e familiar, a saúde, a economia doméstica e o exercício da parentalidade) e assuntos específicos relacionados com o critério para a definição do grupo (por exemplo, adolescência, monoparentalidade, problemas de integração escolar). Para esta definição são considerados fatores, como: os aspetos teóricos relativos ao desenvolvimento individual e ao ciclo vital da família, com as tarefas desenvolvimentais que lhe são inerentes; as problemáticas específicas do grupo-alvo; os domínios de intervenção e a experiência das entidades que integram o grupo de dinamizadores; a perceção dos técnicos acerca das necessidades das famílias e dos fatores de risco específicos que estão presentes; e as necessidades reportadas pelos pais que integram o grupo-alvo (no diagnóstico inicial, ou que surgem no seu decurso do programa).

O resultado deste processo dinâmico, ao longo das onze edições do programa, encontra-se sintetizado na Tabela 3, que organiza os temas que integraram as sessões temáticas em cinco áreas – saúde, relações pais-filhos, desenvolvimento, relações familiares e outros temas. Os nomes e os conteúdos específicos que foram aprofundados dentro de cada tema foram sendo adaptados às especificidades de cada grupo-alvo.

Tabela 3. Temas abordados nas sessões temáticas ao longo das onze edições do programa “Em Equilíbrio”.

Área	Tema	N.º de sessões
Saúde	Cuidados de saúde com crianças	8
	Desenvolvimento da sexualidade	3
	Alimentação saudável	4
	Planeamento familiar	2
	Total	17

Relações pais-filhos		
	Autoridade parental e gestão da disciplina dos filhos	11
	Afetividade na relação com os filhos	7
	O jogo nas relações pais-filhos	2
	Total	20
Desenvolvimento		
	Desenvolvimento individual e familiar na adolescência	4
	Desenvolvimento infantil (0-2 anos)	1
	Total	5
Relações familiares		
	Adaptação individual e familiar a separações e divórcios	6
	Comunicação na família	5
	Total	11
Outros temas		
	Economia doméstica	10
	Prevenção das toxicodependências na família	9
	Aspetos jurídicos das separações e divórcios	5
	Relação escola-família	2
	Total	26

As sessões funcionam em duas partes separadas por um intervalo para lanche, com uma duração total de, aproximadamente, duas horas e meia. Na primeira parte, com uma duração de uma hora a uma hora e meia, os dinamizadores promovem a discussão de um tema e a partilha de experiências entre os participantes, estando os mediadores presentes enquanto facilitadores. A dinamização da sessão, ainda que possa partir de algum tipo de conteúdo previamente preparado (e acordado entre mediadores e dinamizadores numa reunião preparatória), centra-se, essencialmente, nas experiências, sentimentos e emoções dos pais a respeito do tema em causa.

Após esta primeira parte, é realizado um intervalo para lanche de cerca de 10 minutos, em que os mediadores e dinamizadores também estão presentes. Os objetivos deste espaço prendem-se com a promoção de laços informais entre os participantes e o fortalecimento das redes de suporte das famílias, para além de aumentar a motivação para a frequência das sessões e promover a confiança dos participantes nos mediadores e dinamizadores.

Na segunda parte da sessão, que, em média, se estende ao longo de vinte minutos a meia hora, os participantes ficam apenas com os mediadores, que prolongam a discussão em torno do tema apresentado na primeira parte. Esta segunda parte tem como objetivos a (re)ativação de competências através do reforço da partilha de experiências pessoais e familiares centradas no tema geral da sessão e o relacionamento dos temas abordados com o conteúdo das sessões anteriores.

No final da sessão reserva-se um período para o preenchimento dos instrumentos de avaliação da sessão, pelos participantes e mediadores e para a definição de aspetos concretos inerentes ao funcionamento das sessões seguintes.

(4) Fase de avaliação

A avaliação do programa “Em Equilíbrio” decorre ao longo de toda a fase de implementação, através da aplicação de instrumentos de avaliação criados para este efeito (cf. Anexo III), direcionados a participantes, dinamizadores e mediadores. Contudo, após a sessão final, mas antes da sessão de *follow-up*, é dedicada maior atenção a este domínio, através da elaboração de um relatório final, que colige todos os dados recolhidos e que é discutido numa reunião do grupo de trabalho alargado. Desta reunião são retiradas conclusões, gerais e específicas, que são determinantes para reformular a programa na implementação de grupos futuros.

Os instrumentos dirigidos aos participantes (pais) são de aplicação rápida e foram elaborados numa linguagem simples, tendo em consideração que a maioria apresenta baixos níveis de escolaridade e dificuldades no domínio da leitura e da escrita. Estes instrumentos têm como objetivo principal a recolha da perceção dos pais a respeito de aspetos chave do funcionamento das sessões: utilidade dos temas abordados; desempenho dos dinamizadores e mediadores; utilidade da discussão de grupo; e qualidade das instalações e equipamentos. Os questionários de avaliação da sessão pelos dinamizadores e mediadores incluem, na sua estrutura, itens que permitem realizar uma autoavaliação e uma avaliação das sessões nos planos do funcionamento, organização e planeamento do programa. O questionário de avaliação global do programa pelos participantes (pais), aplicado na sessão de balanço final, tem como objetivo a recolha da sua perceção relativamente ao programa no seu todo, mas com particular saliência para o impacto na vida familiar e no seu papel parental. Uma das fontes mais relevantes de informação para a avaliação do programa é a resposta às questões que os mediadores efetuam na sessão de balanço final, centradas nos aspetos mais positivos e aspetos a melhorar no programa, nas mudanças familiares e nas mudanças no exercício do papel parental.

A sessão de *follow-up* tem como objetivo, entre outros, proceder à avaliação do impacto do programa. Para o efeito, recolhem-se os relatos dos pais a respeito das mudanças familiares e no exercício do papel parental. No momento da realização desta sessão, é aplicado aos técnicos que sinalizaram as famílias, um questionário de avaliação do impacto que permite recolher a sua perceção a respeito das mudanças familiares alcançadas nos domínios subjacentes aos temas abordados com as famílias.

Alterações de ajustamento do programa ocorridas ao longo da sua implementação

As conclusões da avaliação das diferentes edições conduziram a que fossem introduzidas, ao longo do tempo, algumas mudanças (já enquadradas na descrição feita na apresentação do programa) com vista a potenciar a eficácia da intervenção e o grau de consecução dos objetivos. Destas destacam-se:

- a) a introdução da sessão de esclarecimento, tendo em vista a diminuição do número de desistências por parte dos pais e a validação social das mudanças alcançadas por alguns participantes

- de grupos anteriores;
- b) o alargamento do programa de nove para doze sessões, com a introdução dos “espaços de reflexão”;
 - c) a disponibilização de transporte às famílias, como forma de aumentar a sua assiduidade às sessões e fazer face a constrangimentos associados à baixa mobilidade das famílias;
 - d) a disponibilização de pequenos presentes para os pais e filhos, relacionados com os temas abordados em cada sessão, com vista a potenciar a sua motivação para a frequência do programa;
 - e) a utilização do espaço de ocupação dos filhos como espaço de intervenção paralela à efetuada com os pais (alteração que nunca se chegou a concretizar face ao défice de recursos humanos para especializados para a intervenção com os filhos e à elevada heterogeneidade etária destes, existindo desde lactentes a adolescentes);
 - f) criação de um Manual para Mediadores, tendo como objetivo sintetizar as linhas orientadoras para o planeamento, implementação e avaliação do programa “Em Equilíbrio”, de modo a que a sua aplicação pudesse ser replicada.

2. Objetivos do estudo

O objetivo geral do presente estudo é avaliar a eficácia e ajustamento deste programa de educação parental no confronto com os objetivos que presidiram à sua conceção.

Para a concretização desse objetivo, constituem objetivos específicos:

- a) avaliar os resultados alcançados junto dos participantes (pais e técnicos) ao longo das diferentes edições do programa e o seu ajustamento aos objetivos inicialmente definidos;
- b) avaliar em que medida as opções metodológicas do programa de educação parental e as alterações aos seus procedimentos se revelam ajustadas;
- c) identificar domínios específicos do programa que carecem de melhoria e desenvolvimento mais profundo;

3. Metodologia

O presente estudo segue uma metodologia mista – quantitativa, com a análise descritiva da frequência dos questionários de avaliação global dos participantes e qualitativa, com a análise temática da documentação produzida nas onze edições do programa em que fomos mediadores.

3.1. Edições e participantes

Das onze edições do programa “Em Equilíbrio” levadas a cabo, seis foram direcionadas a famílias monoparentais (por separação/divórcio), por existir uma clara necessidade de resposta a este tipo de famílias (face ao maior isolamento e maior stresse associado ao exercício do papel parental).

As três primeiras edições percorreram fases sucessivas do ciclo vital da família. Duas edições foram direcionadas a pais de adolescentes com problemas de integração escolar e a residentes num bairro do concelho de Aveiro que congrega um número significativo de famílias multiproblemáticas e multiassistidas.

Tabela 4. Grupos do programa “Em Equilíbrio” implementados

Grupo	Ano	Grupo-alvo	Famílias	Participantes	Contexto	Entidades
I	2006	Famílias com filhos pequenos	5	10		
II	2006	Famílias com filhos na escola	6	11		
III	2007	Famílias com filhos adolescentes	4	7		
IV	2007	Famílias monoparentais	7	7		
V*	2008	Famílias monoparentais	7	7	Projeto RIA	13
VI*	2008	Famílias com filhos adolescentes com problemas de integração escolar	4	8		
VII	2009	Famílias monoparentais	3	3		
VIII	2009	Famílias do Bairro Moisés Cabicas	4	4		
IX	2010	Famílias monoparentais	6	6		
X	2011	Famílias monoparentais	10	10	ASI	
XI	2012	Famílias monoparentais	12	12	/CPCJ de Ílhavo	10
Total			68	85		23

* Avaliação no âmbito do estudo de Abreu-Lima, et al. (2010)

Uma análise das 68 famílias que integraram os diferentes grupos alvo do programa “Em Equilíbrio” permite verificar que 45 famílias (66,2%) foram famílias monoparentais. As restantes 23 famílias (33,8%), foram famílias nucleares e em 17 destas, foi possível envolver ambos os elementos da díade parental.

A larga maioria dos participantes foi do sexo feminino (80%), o que muito se deve ao facto de a monoparentalidade continuar a ser uma realidade essencialmente feminina, por serem as mulheres, geralmente, as detentoras da guarda dos filhos após uma separação ou divórcio.

Os participantes foram maioritariamente provenientes de zonas urbanas de habitação (83,5%), o que se deverá por um lado, ao facto de nos concelhos de Aveiro e Ílhavo a larga maioria da população residir em zonas urbanas e as entidades parceiras que integraram os grupos de trabalho restrito direcionarem a sua intervenção a freguesias urbanas. Pontualmente, constrangimentos relacionados com a precariedade da rede de transportes públicos condicionaram a seleção de algumas famílias de zonas rurais.

Tabela 5. Caracterização dos participantes

	Total	%	Média
Sexo			
Masculino	17	20,0	
Feminino	68	80,0	
Zona de habitação			
Rural	14	16,5	
Urbano	71	83,5	
Distribuição etária			
<25	6	7,1	
26-30	13	15,3	
31-35	18	21,2	
36-40	17	20,0	
41-45	16	18,8	
>46	15	17,6	
Idade dos pais			37,7
Habilitações académicas			
S/ Habilitações	9	10,6	
1º Ciclo	30	35,3	
2º Ciclo	31	36,5	
3º Ciclo	11	12,9	
Ens. Secundário	4	4,7	
Situação de emprego			
Estudante	1	1,2	
Trabalhador	31	36,5	
Desempregado	39	45,9	
Pensionista	4	4,7	
Doméstica	10	11,8	
Número de filhos			2,3
Idade dos filhos			9,9

Uma análise da distribuição etária dos participantes permite verificar que a idade média dos pais é de 37,7 anos. Os participantes distribuíram-se de forma relativamente uniforme por todas as faixas etárias superiores a 26 anos, havendo uma menor representação de participantes com idades inferiores a 25 anos. A faixa etária dos 31 aos 40 anos engloba 41,2% dos participantes.

No que se refere às habilitações académicas, verifica-se, globalmente, um perfil de baixa escolaridade por parte dos pais, com 71,8% dos participantes com habilitações até ao Segundo Ciclo do Ensino Básico e 17,6% com habilitações ao nível do Terceiro Ciclo do Ensino Básico ou Ensino Secundário. De salientar que 10,6 % dos participantes não têm qualquer habilitação académica e 35,3% têm habilitação ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sendo, apenas 4,7% os participantes com habilitações ao nível de Ensino Secundário.

Uma análise da caracterização da situação de emprego dos

participantes permite verificar uma primazia de pessoas em situação de desemprego (45,9%). Se a estas somarmos as participantes que se descreveram como domésticas, verificamos que 57,7% dos participantes não se encontravam inseridos no mercado de trabalho. Nos diferentes grupos verificou-se que 36,5% dos participantes se encontravam a trabalhar, sendo residual o número de pensionistas e de estudantes.

Se considerarmos as famílias que participaram ao longo das onze edições, verificamos que o número médio de filhos é de 2,3, sendo a média de idades de 9,9 anos.

Tabela 6. Caracterização dos técnicos envolvidos

	G. T. Restrito	Dinamizadores	Mediadores	Total
Sexo				
Masculino	1	2	1	4
Feminino	18	14	3	35
Total	19	16	4	39
Formação de base				
Psicologia	2	5	3	10
Serviço Social	17	0	1	18
Medicina	0	1	0	1
Enfermagem	0	3	0	3
Direito	0	3	0	3
Outra	0	4	0	4
Total	19	16	4	39
Instituição de origem				
IPSS	14	2	3	19
ONG	0	2	1	3
Centro de Saúde	0	6	0	6
CPCJ	2	0	0	2
Estab. de Ensino	1	2	0	3
CRI	0	1	0	1
Autarquia	1	1	0	2
ISS, I.P.	1	0	0	1
A título individual	0	2	0	2
Total	19	16	4	39

No que diz respeito aos 39 técnicos envolvidos na execução das onze edições do programa, a larga maioria é do sexo feminino (35). As formações de base mais representadas são o serviço social (18 técnicos) e a Psicologia (10 técnicos). Os Técnicos de Serviço Social exerceram funções ao nível do grupo de trabalho restrito, com a exceção de uma técnica que exerceu o papel de mediadora numa das edições do programa. A maioria dos psicólogos (8 em 10), exerceu funções como dinamizadores de sessões (5), ou como mediadores (3). A maior diversidade de formações de base verifica-se nos técnicos que desempenharam o papel de dinamizadores, com profissionais da Psicologia, Medicina, Enfermagem, Direito e outras

(Educação Social, Sociologia, Biologia e Teologia).

3.2. Procedimentos de recolha e análise dos dados

Foram tidos em consideração os relatórios de avaliação das diferentes edições, com vista à identificação resultados obtidos junto dos participantes com base nos relatos dos próprios, dos técnicos e das conclusões registadas nos documentos.

A análise temática efetuada teve início com uma pré-análise, em que se procedeu à escolha dos documentos a serem analisados. Partiu-se dos objetivos do estudo para elaborar indicadores (por exemplo, referências a aumento da qualidade pais-filhos, ou ao aumento do bem-estar familiar) com vista à orientação da exploração do texto (nomeadamente, todas as frases que remetessem para relatos a respeito do impacto da frequência do programa nos participantes ou nas suas famílias). Face aos objetivos do estudo foram escolhidos como documentos a serem analisados: os registos de sessões (de balanço final e de *follow-up*), os registos de reuniões de avaliação levadas a cabo pelos grupos de trabalho responsáveis pela execução do programa e os registos das análises qualitativas dos questionários de avaliação do impacto aplicados aos técnicos (cf. Anexo III) que procederam à sinalização das famílias.

Nesta fase, começou-se por proceder a uma leitura fluante, tomando um contacto exaustivo com o material escolhido. Procedeu-se, de seguida, à constituição de um *corpus* de material organizado, de acordo com os princípios da exaustividade (procurando abarcar todos os resultados relatados), representatividades (no que se refere à visão dos participantes e dos técnicos), homogeneidade (do ponto de vista dos temas e interlocutores) e pertinência (face aos objetivos delineados para o estudo).

Os objetivos que foram delineados para o programa “Em Equilíbrio” constituíram pressupostos e quadros orientadores para a pré-análise dos documentos selecionados, mas adotou-se uma postura de flexibilidade que permitisse favorecer a emergência de outros resultados e dimensões de impacto juntos dos participantes a partir dos relatos e conclusões analisadas.

Passou-se, de seguida, a uma fase de exploração do material selecionado, que começou com o recorte de frases que remetessem para relatos e conclusões (dos participantes e dos técnicos) a respeito do impacto do programa nos participantes e suas famílias, ou para especiais impactos da frequência do programa junto de grupos alvo específicos. As frases recortadas foram, posteriormente, classificadas e agregadas em categorias teóricas, definidas com base nos objetivos do programa “Em Equilíbrio” (por exemplo, “autoconhecimento, autoestima e bem-estar dos pais”; ou “qualidade da relação pais-filhos”) e nos aspetos teóricos enquadradores da intervenção ao nível da educação parental anteriormente apresentados (por exemplo, “definição de regras e gestão da disciplina dos filhos”). Dentro destas categorias, procedeu-se, de seguida, à agregação das frases identificadas em tipos de mudança reportados pelos pais e técnicos.

A construção das categorias obedeceu a critérios de homogeneidade (com semelhança das frases a incluir em cada categoria), exaustividade (com uma

recolha profunda do mesmo tipo de frases), exclusividade (com a inclusão de cada tema numa única categoria), objetividade e pertinência (face aos objetivos definidos).

Finalmente, procedeu-se a uma estatística simples com o cálculo das frequências de cada uma das categorias e do tipo de mudança dentro de cada categoria, tratando, individualmente, os resultados obtidos com base em relatos dos participantes, pais e técnicos.

4. Resultados

Questionários de avaliação global

Nas primeiras sete edições do programa “Em Equilíbrio”, procedeu-se à aplicação de um questionário de avaliação global, na última sessão, que, entre outros aspetos permitiu avaliar a perceção dos pais sobre várias dimensões do funcionamento do programa e sobre as mudanças na vida familiar após a sua frequência (cf. Anexo III). A partir da oitava edição preteriu-se a aplicação deste instrumento, em detrimento de um registo mais detalhado das mudanças relatadas pelos participantes (cf. Anexo IV).

A análise das respostas aos questionários de avaliação global, apresentada na Tabela 7, diz respeito a 41 pais participantes (que se refere a 48,2% dos sujeitos presentes nas onze edições). Verifica-se que 77,4% dos pais participantes nas sete primeiras edições estiveram presentes na sessão final do programa (41 de um total de 53). Todas as dimensões foram por eles avaliadas fazendo, maioritariamente, uso dos dois níveis mais elevados das escalas de avaliação propostas. A organização do programa foi avaliada como “muito boa” por 82,9% dos sujeitos. Os mediadores e dinamizadores foram avaliados como “muito bons” por, respetivamente, 85,4% e 70,7% dos participantes.

No que diz respeito à avaliação do grupo 48,8% dos pais avaliaram o grupo em que se inseriram como “muito bom” e 46,3% como “bom”, sendo esta a dimensão de avaliação em que se verificou uma divisão mais equitativa das avaliações pelos dois níveis mais elevados.

No que se refere aos temas abordados, 65,9% avaliaram-nos como “muito úteis”. Já as instalações e equipamentos foram avaliados maioritariamente no segundo nível mais elevado da escala proposta, com 53,7% a avaliarem-nos como “bons” e 41,5% como “muito bons”.

No item que remete para o grau em que os pais participantes gostaram do programa, 85,4% responderam indicando “gostei muito”.

Tabela 7. Caracterização das respostas dos pais participantes nas sete primeiras edições do programa “Em Equilíbrio”, aos questionários de avaliação global.

Dimensão	Níveis de avaliação	Total	%
Organização do programa	Muito fraca	0	0,0
	Fraca	1	2,4
	Mais ou menos	0	0,0
	Boa	6	14,6
	Muito boa	34	82,9

Mediadores	Muito fracos	0	0,0
	Fracos	0	0,0
	Mais ou menos	0	0,0
	Bons	6	14,6
	Muito bons	35	85,4
Dinamizadores	Muito fracos	0	0,0
	Fracos	0	0,0
	Mais ou menos	0	0,0
	Bons	12	29,3
	Muito bons	29	70,7
Grupo de participantes	Muito fraco	0	0,0
	Fraco	0	0,0
	Mais ou menos	2	4,9
	Bom	19	46,3
	Muito bom	20	48,8
Temas abordados	Inúteis	0	0,0
	Pouco úteis	0	0,0
	Mais ou menos úteis	0	0,0
	Úteis	14	34,1
	Muito úteis	27	65,9
Instalações e equipamentos	Muito maus	0	0,0
	Maus	0	0,0
	Mais ou menos	2	4,9
	Bons	22	53,7
	Muito Bons	17	41,5
Grau em que gostou do programa	Não gostei	0	0,0
	Gostei pouco	0	0,0
	Gostei mais ou menos	0	0,0
	Gostei	6	14,6
	Gostei muito	35	85,4
Mudanças na vida familiar	Nenhumas	0	0,0
	Poucas	1	2,4
	Algumas	12	29,3
	Bastantes	12	29,3
	Muitas	16	39,0

Todos os sujeitos que responderam a este questionário identificaram mudanças na vida familiar associadas à frequência do programa “Em Equilíbrio” (29,3% reportaram “algumas mudanças”, 29,3% “bastantes mudanças” e 39% “muitas mudanças”).

Análise temática dos relatos dos pais participantes

Para uma compreensão dos níveis a que os participantes/pais do programa perceberam mudanças na sua vida pessoal, papel parental e vida familiar, apresentamos, de seguida, os resultados relativos à análise temática efetuada. Nesta análise foi seguida a metodologia anteriormente descrita, que se debruçou sobre os relatos/conclusões registados relativamente às onze edições programa, envolvendo 64 participantes que

estiveram presentes nas sessões de balanço final e de *follow-up*. Foram identificadas 135 frases que remetem para o impacto do programa junto dos participantes e suas famílias. Mediante a análise temática foi possível identificar nove categorias de impacto, que se apresentam na Tabela 8.

Tabela 8. Resultado da análise temática do impacto da frequência do programa reportado pelos pais participantes.

Categoria (frequência do tema)	Mudanças reportadas (peso relativo na categoria)
1. Autoconhecimento, autoestima e bem-estar dos pais (20,0%)	a. Aumento do autoconhecimento através da reflexão sobre o papel parental (33,3%); b. Aumento do sentimento de bem-estar pessoal (33,3%); c. Maior investimento na esfera pessoal (33,3%).
2. Definição de regras e gestão da disciplina dos filhos (14,8%)	a. Maior assertividade na negociação e definição de regras e limites em relação aos filhos (60,0%) b. Melhoria do comportamento dos filhos (20,0%); c. Maior concordância parental na definição de regras e limites (20,0%).
3. Gestão da vida familiar (13,3%)	a. Melhoria na gestão da economia doméstica (55,6%); b. Tomada de decisões concretas sobre aspetos legais das separações/divórcios (22,2%) c. Maior capacidade de fazer face a situações inesperadas (11,1%); d. Maior eficácia na gestão das rotinas familiares (11,1%);
4. Bem-estar familiar (12,6%)	a. Maior harmonia e bem-estar familiar (64,7%); b. Relações familiares mais gratificantes (23,5%); c. Melhoria das relações na fratria (11,8%).
5. Qualidade da relação pais-filhos (11,9%)	a. Aumento dos espaços e momentos de afeto (62,5%); c. Relações mais gratificantes com os filhos (18,8%); d. Maior diálogo entre pais e filhos (18,8%).
6. Perceção das necessidades dos filhos inerentes ao seu desenvolvimento (11,1%).	a. Aumento da consciência das necessidades dos filhos (33,3%); b. Melhoria na resposta às necessidades das crianças (33,3%); c. Promoção da autonomia dos filhos (33,3%).
7. Relação com a rede primária (8,9%)	a. Alargamento da rede pessoal social (66,7%); b. Aumento da perceção de integração social (16,7%); c. Diminuição do isolamento pessoal. (16,7%).
8. Envolvimento parental (4,4%)	a. Partilha de responsabilidades e tarefas na

	díade parental (100,0%)
9. Relação com a rede secundária (3,0%)	a. Maior confiança nos serviços (50,0%) b. Mobilização para procura de ajuda terapêutica (50,0%).

Na análise temática efetuada, a categoria em que se identificou maior percentagem (20,0%) de relatos/conclusões destes participantes foi a relativa ao *autoconhecimento, autoestima e bem-estar dos pais*. Nesta categoria foram incluídos relatos como: “senti-me melhor e pensei menos nos problemas, porque também percebi que há pessoas com problemas mais graves que os meus”; “foi bom para investir mais em mim e isso fez-me sentir bem e mais confiante”, ou “havia coisas que estava a fazer mal e passei a tentar fazer diferente”. Dentro desta categoria foram identificados três tipos de mudanças reportadas, com o mesmo peso relativo (33,3%): *aumento do autoconhecimento através da reflexão sobre o papel parental; aumento do sentimento de bem-estar pessoal; maior investimento na esfera pessoal*.

A segunda categoria relaciona-se com o tema *definição de regras e gestão da disciplina dos filhos*, que corresponde a 14,8% dos relatos, de que são exemplo frases como: “passou a haver hora para deitar e a sentar-se à mesa durante a refeição”; “os meus filhos têm-se portado melhor e já não me deixam «com os cabelos em pé» ”; ou “agora já puxamos os dois para o mesmo lado quando lhes mandamos fazer alguma coisa”. Dentro desta categoria, 60,0% dos relatos incluem-se num tipo de mudança que remete para uma *maior assertividade na negociação e definição de regras e limites em relação aos filhos*.

Com um peso de 13,3% do total de afirmações a respeito do impacto do programa, surge a categoria *gestão da vida familiar*. Nesta categoria foram incluídos relatos como: “passei a orientar o dinheiro de forma diferente e a fazer com que os meus filhos participassem mais”; “pedi apoio judiciário para tratar da pensão de alimentos dos meus filhos”; “tive alguns imprevistos e fiquei surpreendida por conseguir desenvolver-me sozinha”; ou “tenho tentado ter um dia-a-dia mais organizado e com mais tempo, sem andar a correr”. Dentro desta categoria, o tipo de mudança relatado mais representativo é a *melhoria na gestão da economia doméstica* (55,8%).

Em quarto lugar em termos de percentagem surge a categoria *bem-estar familiar*, na qual foram incluídas frases como: “o ambiente lá em casa melhorou, há menos «barulhos»”; “temo-nos entendido melhor lá em casa”; ou “os meus filhos têm-se dado melhor e têm-se apoiado um ao outro”. O tipo de mudança com maior peso na categoria (64,7%) é *maior harmonia e bem-estar familiar*.

A *qualidade da relação pais-filhos* é a categoria que foi identificada, de seguida, envolvendo 11,9% dos relatos/conclusões dos sujeitos participantes, na qual se incluem frases como: “temos feito mais coisas em conjunto e a estarmos com mais tranquilidade”; “a minha filha passou a falar mais comigo quando tem algum problema na escola”; ou “sinto mais prazer

em estar com os meus filhos”. Aqui, o tipo de mudança com maior peso é o *aumento dos espaços e momentos de afeto*, com 68,5%, dos relatos.

A *percepção das necessidades inerentes ao desenvolvimento dos filhos*, abarca 11,1% dos relatos dos pais participantes. Nesta categoria foram incluídas frases como: “agora percebo que a minha filha precisa do espaço dela e que é normal não contar tudo aos pais”; “tenho tentado estar mais presente quando eles precisam do meu apoio”; ou “consegui que o meu filho começasse a dormir sozinho e isso foi mais importante para ele do que eu imaginava”. Identificaram-se três tipos de mudança, com igual peso relativo (33,3%): *aumento da consciência das necessidades dos filhos*; *melhoria na resposta às necessidades das crianças*; e *promoção da autonomia dos filhos*.

Com um peso de 8,9% do total, surge a categoria *relação com a rede primária*, na qual se incluem relatos como: “conheci novas pessoas dentro do grupo que, agora, são minhas amigas”; “Sentimo-nos mais integrados na comunidade”; ou “depois da separação fiquei muito sozinha e agora sinto-me menos isolada”. O tipo de mudança mais representativo é o *alargamento da rede pessoal social* (66,7%).

O *envolvimento parental*, é a categoria identificada que engloba 4,4% dos relatos e que remete para afirmações como: “quando alguma coisa não corre bem, falamos (os pais) mais sobre como é que podemos fazer para resolver os problemas”; ou “quando eu cozinho, em vez do pai ir para o computador, vai brincar com eles para a sala”. Nesta categoria, identificou-se um único tipo de mudança reportada: *partilha de responsabilidades e tarefas na díade parental*.

Finalmente, a análise temática efetuada conduziu à identificação de um último tema, que remete para a *relação com a rede secundária* e que compreende 3,0% dos relatos, de que são exemplos: “gostei que a doutora me tivesse convidado e passei a confiar mais nela”; ou “procurei psicóloga para a minha filha”. Nesta categoria identificaram-se dois tipos de mudança, com pesos iguais, *maior confiança nos serviços* e *mobilização para procura de ajuda terapêutica*.

Análise temática dos relatos dos técnicos participantes

No que se refere à percepção dos técnicos que integraram os grupos de trabalho das diferentes edições, foi efetuada uma análise temática dos registos das reuniões de avaliação final e respostas aos questionários de avaliação do impacto, de acordo com a metodologia anteriormente descrita. Será de assinalar que grande parte dos registos e conclusões analisadas remetiam para a discussão em torno da própria metodologia subjacente ao programa e para aspetos procedimentais a alterar, sendo mais escassos os relatos relacionados com o impacto do programa. Foi frequente os técnicos responsáveis pelo encaminhamento dos participantes referirem, no momento da reunião de avaliação do programa, não deterem informações que lhes permitissem efetuar uma apreciação do impacto do programa junto dos pais.

Na Tabela 9 são apresentadas todas as conclusões que remetem para impacto junto dos pais e suas famílias, organizados em categorias.

Tabela 9. Resultados da análise temática do impacto do programa reportado pelos técnicos participantes.

Categoria (frequência do tema)	Conclusões identificadas
1. Aumento da autoestima e bem-estar dos pais participantes (26,7%).	a. "As participantes evidenciam uma postura mais tranquila e confiante"; b. "Maior estabilidade emocional em algumas das participantes". c. "Menor angústia perante imprevistos ou reações das crianças mais difíceis de controlar"; d. "Incremento da autoestima das participantes"
2. Relação com a rede primária (20,0%).	a. "Fortalecimento dos laços informais entre os participantes"; b. "Surgimento de relações diádicas de suporte emocional (entre participantes da mesma área geográfica de residência)"; c. "Alargamento das redes sociais pessoais".
3. Qualidade da relação pais-filhos (13,3%).	a. "Melhoria na relação com os filhos em termos de disciplina e afetividade b. "Mudanças na promoção da autonomia das crianças".
4. Aumento percepção de controlo dos pais (13,3%).	a. "Os participantes verbalizaram um maior sentimento de controlo sobre as dificuldades geradas pelos filhos e sobre a gestão de "crises" familiares"; b. "Desenvolvimento de uma maior percepção de controlo sobre as crianças/jovens e sobre a rotina familiar";
5. Complementaridade com outras formas de intervenção (13,3%).	a. "Mudanças mais rápidas e consistente nos papéis parentais, comparando com os resultados habitualmente alcançados numa abordagem mais individualizada"; b. "O programa constitui um bom complemento a outras formas de intervenção"
6. Bem-estar familiar (6,7%).	a. "Aumento da coesão familiar e conjugal"
7. Relação com a rede secundária (6,7%).	a. "Maior confiança na relação da família com os serviços".

Da análise temática das conclusões reportadas pelos técnicos destacam-se duas categorias: *aumento da autoestima e bem-estar dos participantes (26,7%)* e *relação com a rede primária (20,0%)*. A primeira categoria inclui conclusões que remetem para uma percepção por parte dos técnicos envolvidos de maior tranquilidade e confiança dos pais participantes, maior estabilidade emocional, menor angústia e incremento de autoestima. No que se refere à relação com a rede primária, identificam, essencialmente, um alargamento dessa rede decorrente das relações

informais estabelecidas no contexto do grupo.

Foram identificados relatos, na mesma proporção (13,3%), para três categorias: *qualidade da relação pais-filhos* (em termos de disciplina, afetividade e promoção da autonomia); *aumento do sentimento de controlo dos pais* (em reação à gestão de crises inesperadas, aos filhos e às rotinas familiares); e *complementaridade com outras formas de intervenção* (com a identificação de algumas mudanças rápidas e consistentes comparativamente com outros tipos de abordagem individualizada).

De forma mais residual, correspondendo a 6,7% do total de conclusões, identificaram-se resultados relacionados com o *bem-estar familiar* (coesão familiar e conjugal) e *relação com a rede secundária* (maior confiança nos serviços).

Impacto em grupos específicos

Os grupos de trabalho responsáveis pela implementação do programa “Em Equilíbrio” consideraram que se verificou um especial impacto em dois grupos específicos: as famílias monoparentais (o que justificou o facto de seis das onze edições se direcionarem a este grupo alvo) e as famílias imigrantes.

No caso das famílias monoparentais, em que a totalidade das participantes foram mulheres, parece ter-se verificado um impacto ao nível do alargamento da sua rede pessoal social, diminuição do isolamento, aumento do investimento na esfera pessoal. Estas mulheres efetuaram relatos como: “antes do grupo estava mais isolada e agora há colegas que se tornaram amigas e que me ligam quase todos os dias para saber como estou”; “tenho mais amigas com quem posso contar quando tenho alguma dificuldade”; ou “tenho tentado tirar um bocadinho para mim, nem que seja para ficar na sala em silêncio quando os meus filhos já estão a dormir”.

Estando muitas destas participantes envolvidas em processos judiciais cíveis relacionados com a regulação do exercício das responsabilidades parentais, ou processos-crime associados a situações de violência doméstica, foi por elas relatado um aumento do conhecimento sobre aspetos legais inerentes ao funcionamento destes processos e sobre o acesso à justiça. Foi frequente, nas sessões de balanço final, quando convidadas a identificarem os temas ou sessões mais relevantes e com maior impacto nas suas vidas, responderem: “a sessão em que estive cá a advogada”. Também foi muitas vezes reportado um sentimento de empoderamento associado a uma maior perceção de domínio sobre o acesso à justiça (“agora já não tenho medo de recorrer ao Tribunal”; “pedi apoio judiciário e estou a tratar da pensão de alimentos dos meus filhos”; “vou informar o Tribunal que o pai não está a cumprir as visitas”).

Foi nestas famílias que se verificou uma maior necessidade ao nível da promoção da autonomia das mães e dos filhos, atendendo a que se verificavam, frequentemente, traços de fusionalidade na relação mãe-filhos (visíveis em aspetos como a partilha da mesma cama e a existência de manifestações de ansiedade de separação). Também nestes casos foram mais visíveis os pedidos de ajuda das mães para a gestão de aspetos como a

reação das crianças às visitas ao pai, o sentimento de sobrecarga face à escassez de recursos materiais e relacionais e a reação das crianças à exposição a situações de violência, anteriores à separação.

Nas edições do programa direcionadas a famílias monoparentais os técnicos (mediadores e do grupo de trabalho restrito), verificaram a construção de relações de amizade mais fortes entre os elementos do grupo, que se estenderam a outros contextos extra sessões e que permaneceram para além do período de funcionamento do programa. No balanço efetuado pelos técnicos há registos como: “(...)as participantes, apesar de alguma desconfiança inicial, estabeleceram maior número de laços entre si, mantendo, inclusive, contactos informais fora das sessões (...) a título de exemplo, refira-se que uma das participantes começou a levar outras para frequentarem uma escola de cabeleireiros enquanto modelos, beneficiando de destes serviços de forma gratuita”.

No que se refere às famílias imigrantes, apesar de falarmos de um universo muito reduzido (5 famílias), os participantes reportaram a importância de frequentarem o programa na medida em que lhes permitiu tomarem contacto com os valores e práticas inerentes à forma de exercer o papel parental na nossa cultura e adaptarem os seus próprios valores e práticas parentais à nossa sociedade. A frequência do programa levou a que se sentissem mais integrados na comunidade. A título de exemplo, um dos participantes, de origem africana, relatou na sessão de *follow-up* a percepção de que a frequência do programa favoreceu uma maior autonomia por parte da esposa, que lhe permitiu adotar um conjunto de práticas de gestão do dia-a-dia familiar mais próximas das da realidade portuguesa e encontrar um trabalho remunerado (com repercussões no bem-estar pessoal e familiar). Relatou, ainda, uma maior partilha do apoio à filha adolescente no que se refere a lidar com as transformações físicas associadas à adolescência, papel tradicionalmente reservado às mulheres na sua cultura.

5. Discussão

Ajustamento dos resultados aos objetivos do programa.

A análise temática efetuada aos relatos e conclusões dos pais e dos técnicos, registados nos relatórios de avaliação do programa “Em Equilíbrio”, permitem verificar que existe um bom nível de ajustamento entre os objetivos inicialmente definidos para o programa e os resultados alcançados.

As categorias de resultados com maior expressão na análise temática de cada um dos grupos (pais e técnicos) apresentam similitudes (Cf. Tabelas 8 e 9), na medida em que ambas remetem para mudanças relacionadas com o aumento do autoconhecimento, autoestima e bem-estar dos pais. Os técnicos enfatizam mais as dimensões da autoestima do bem-estar parental), ao passo que os pais introduzem, também, na forma como relatam as mudanças associadas à frequência do programa, uma dimensão de favorecimento do autoconhecimento pela reflexão.

De todas as categorias elencadas nos resultados da análise temática efetuada, cinco categorias são comuns a pais e técnicos: autoconhecimento,

autoestima e bem-estar dos pais; bem-estar familiar; qualidade da relação pais-filhos; relação com a rede primária; relação com a rede secundária. Este facto é indiciador de que a aperceção dos diferentes atores vai no mesmo sentido, verificando-se coerência nos resultados.

Estes resultados apontam para um sucesso na concretização do objetivo de favorecer o autoconhecimento, a autoestima e o bem-estar dos pais, dando ênfase a uma componente emocional e experiencial centrada nos sentimentos, motivações, atitudes e valores dos participantes, o que está em linha com o princípio de dar centralidade a estes aspetos em detrimento de uma abordagem estritamente pedagógica (Doherty, 1995; Pugh *et al.*, 1997, citados por, Gaspar, 2005).

No que se refere ao objetivo de alcançar um aumento da perceção dos pais das suas necessidades (sociais, emocionais, psicológicas e físicas), bem como das dos seus filhos, de modo a aumentar a qualidade das relações entre ambos, os resultados da análise temática dos relatos dos pais permitiram identificar mudanças que remetem para a sua concretização, ao passo que os resultados das conclusões dos técnicos são menos reveladores de um impacto ao nível da perceção das necessidades dos pais e das crianças.

Tendo presente os resultados relativos aos pais, no que se refere à perceção das necessidades dos próprios, dentro da categoria relacionada com o aumento do seu autoconhecimento, autoestima e bem-estar, um dos tipos de mudança reportados prende-se com um maior investimento na esfera pessoal dos próprios pais, o que se alia a um aumento do seu sentimento de bem-estar pessoal. Relataram, também, mudanças que remetem para um aumento da perceção das necessidades dos filhos (ainda que estas mudanças de insiram numa categoria com, apenas, 11,1% da totalidade dos relatos). Há outras categorias de resultados, como a da definição de regras e gestão da disciplina dos filhos e outras mudanças reportadas relacionadas com a afetividade e com as rotinas familiares que podemos considerar contribuir para um aumento da consciência dos pais em relação às necessidades dos filhos, por se centrarem em aspetos essenciais da educação e desenvolvimento das crianças. Estas mudanças são consonantes com o impacto de programas de educação parental identificados por outros autores (Abreu-Lima *et al.*, 2010; Pehrson & Robinson, 1990) e que apontam para mudanças na empatia dos pais com as necessidades das crianças e para uma clarificação relativamente às suas próprias necessidades.

No que se refere ao objetivo do aumento do bem-estar das famílias, desenvolvendo um trabalho complementar a outros tipos de intervenção (a nível terapêutico e social), quer os pais quer os técnicos relatam mudanças que são indiciadoras de um aumento do bem-estar familiar, com uma maior expressão por parte dos pais. O resultado da análise temática das conclusões dos técnicos permitiu verificar que estes consideraram existir uma boa complementaridade do programa com outras formas de intervenção e percebem que o programa potencia mudanças mais rápidas e consistentes nos participantes comparando com formas individualizadas de intervenção. Este aspeto vai ao encontro da evidência, assinalada por diversos autores, de que, na sua generalidade, os programas de educação parental assumem uma

modalidade grupal e que esta apresenta potencialidades na promoção de competências parentais (Gaspar, 2005; Kumpfer, 1999).

Os resultados identificados na análise temática efetuada dos relatos/conclusões dos pais e dos técnicos são reveladores de um impacto ao nível de diversos domínios inerentes a fatores que se encontram correlacionados com a prevenção dos fenómenos dos maus tratos infantis, comportamentos antissociais e toxicodependências: autoconhecimento, autoestima e bem-estar dos pais; clareza e assertividade na definição de regras e de limites em relação aos filhos; um aumento da afetividade; aumento da harmonia e bem-estar familiar; incremento na perceção e resposta às necessidades de desenvolvimento das crianças; e alargamento das redes pessoais sociais com conseqüente diminuição do isolamento familiar. Os fatores familiares assumem uma importância muito significativa no complexo dos fatores de risco associados aos problemas de comportamento de início precoce, que, por sua vez, se encontram entre as variáveis explicativas do comportamento antissocial, pelo que as intervenções centradas na família e nos pais constituem formas privilegiadas de prevenção do comportamento antissocial e de incremento do bem-estar emocional das crianças (Gaspar, 2003; Kumpfer, 1999).

Apesar de, inicialmente, não terem sido equacionados objetivos relacionados com o incremento da organização da vida quotidiana da família, os resultados mostram que, quer os pais quer os técnicos, identificam mudanças relacionadas com a gestão das rotinas, gestão da economia doméstica e aumento da perceção de controlo sobre a vida familiar. No caso dos pais, a gestão da vida familiar constitui a terceira categoria de resultados com maior expressão na análise temática efetuada. Este dado é interessante, na medida em que parece constituir um “efeito colateral” do programa, que vai ao encontro das conclusões de outros autores (Abreu-Lima, *et al.*, 2010), que apontam para o facto de os pais valorizarem o efeito do programa na organização da vida quotidiana.

Também no que se refere ao alargamento da rede primária dos pais e diminuição do isolamento social, não tendo sido previstos objetivos centrados neste tipo de mudanças, os resultados das análises temáticas dos relatos/conclusões dos pais e dos técnicos permitem verificar que ambos identificam mudanças neste domínio. No caso particular dos técnicos, esta categoria assume-se como a segunda com maior expressão nos resultados, existindo um quinto dos relatos centrados neste tema. A este resultado poderá não ser alheio o facto de que dois terços das famílias envolvidas no programa “Em Equilíbrio” serem monoparentais, assumindo particular relevância a necessidade de alargar a sua rede primária. De acordo com Vaz e Relvas (2002), em contexto de monoparentalidade, “a mulher detém na generalidade o poder paternal, casa com menos frequências depois de um divórcio, tem mais esperança de vida e, por isso, conhece mais cedo a solidão, sendo, normalmente, a mais visada neste processo” (juntamente com os filhos...)” (p. 265).

O presente estudo está mais vocacionado para uma avaliação do ajustamento entre os resultados e os objetivos do programa que se

relacionam com o impacto nas famílias, e não tanto nos que dizem respeito à dinamização e da rede de parceria, à sustentabilidade e à potenciação da eficácia da intervenção dos parceiros. Ainda assim, faremos uma breve reflexão sobre este segundo conjunto de objetivos do programa “Em Equilíbrio”. Após as nove edições realizadas no contexto do Projeto RIA (e de uma replicação pelas equipas do Protocolos do Rendimento Social de Inserção de Aveiro), com o final do Projeto, não houve, do nosso conhecimento, continuidade da aplicação do programa pela rede. Apesar do envolvimento de um elevado número de técnicos, da utilização de uma metodologia que fomenta a sua participação ativa no processo de planeamento e responsabilização pela implementação do programa, da criação de um manual para mediadores e da realização de sessões específicas de divulgação do programa com vista à sua replicação, este objetivo ficou aquém do delineado, parecendo existir dependência da figura dos mediadores e da necessidade de existir um projeto ou instituição com a capacidade de dinamizar a rede de parceria.

Este aspeto poderá relacionar-se, por um lado, com o reconhecimento institucional da educação parental, indo ao encontro do que Abreu-Lima *et al.* (2010) concluem sobre a importância desse reconhecimento e da disponibilização de recursos financeiros para a adequada concretização das intervenções de educação parental, Pelo outro, poderá relacionar-se com o que Dunst e Trivette (1994, citados por Kagan, 1995) referem a respeito do princípio da necessidade de flexibilidade dos recursos humanos, conciliada com uma adequada formação desses profissionais (Kaiser *et al.*, 1999; Mahoney *et al.*, 1999). Gaspar (2005), partindo da perspectiva de diversos autores (Durning, 1999; Kumpfer, 1999; Pugh et al., 1994; Smith, 1997) refere que “a modificação das relações profissionais-pais, exige que se repense a formação dos profissionais” (p. 17), considerando a necessidade de um perfil profissional do educador familiar alicerçado num conjunto de saberes, técnicas e atitudes.

Adequação das opções e respetivas correções metodológicas do programa

Se nos detivermos numa análise dos diferentes grupos-alvo do programa “Em Equilíbrio” (Cf. Tabela 4), no que se refere ao nível de envolvimento familiar (Doherty, 1995) verificamos que este foi utilizado aos níveis três, emoções e suporte (famílias em diferentes fases do ciclo vital, como famílias com filhos pequenos, ou na escola), e quatro, intervenções breves focalizadas, com famílias com necessidades especiais e situações de risco elevadas (famílias monoparentais, famílias com filhos adolescentes com problemas de integração escolar). De acordo com o autor estes constituem os níveis de envolvimento ideais para a intervenção ao nível da educação parental e para a intervenção focalizada com grupos com necessidades específicas.

No que se refere ao nível de necessidade (*DfES, Children's Services*, citado por Abreu-Lima *et al.*, 2010), o programa situa-se ao nível dois, por ser universal e voluntário, mas com a identificação da necessidade de apoio

a partir do um profissional. A metodologia de seleção de participantes para o programa “Em Equilíbrio” revelou-se eficaz no envolvimento de famílias com fatores de risco relevantes e em que a educação parental se revela indicada. Essa eficácia parece decorrer do facto de o processo de seleção assentar num envolvimento e investimento dos técnicos, numa motivação das famílias (que os pais percecionam de forma positiva) e numa validação da experiência dos pais, das suas competências e forças, o que é consonante com a visão de vários autores sobre os princípios que devem orientar a intervenção (Abreu-Lima *et al.*, 2010; Doherty, 1995; Dunst & Trivette, 1994, citados por Kagan, 1995; Smith, 1996, citado por Gaspar, 2005).

Uma análise das respostas dos pais aos questionários de avaliação global (cf. Tabela7) permite-nos constatar que estes avaliam de forma muito positiva aspetos relativos ao funcionamento geral do programa (como a sua organização, instalações e equipamentos), ao desempenho dos mediadores e dinamizadores e aos temas selecionados para as sessões. Verifica-se, também, uma avaliação, globalmente, muito positiva, no que se refere ao grau em que gostaram de participar no programa, indicadora de que a frequência do programa “Em Equilíbrio” constitui uma experiência gratificante para os pais.

Esta satisfação poderá ser equacionada tendo por base a perspetiva de Häggman-Laitila e Pietilä (2009), os quais, na identificação de critérios dos pais para a boa qualidade para grupos de apoio para famílias com filhos, concluíram que, para estes, os programas devem ser informativos, permitir aos participantes contribuir para a discussão, encorajar a participação e incluir interação mútua e recíproca. Os resultados identificados pelo presente estudo apontam para a conclusão que o programa “Em Equilíbrio” facilita estas premissas, ou seja contribui para uma valorização de discussão e participação e para a construção de um espaço de validação pessoal dos pais.

A satisfação dos pais poderá ser, também, explicada pela forma colaborativa como se procede à definição dos temas das sessões. De acordo com Anderson e Goolishian (1998) “as pessoas vivem e compreendem o seu viver por meio de realidades narrativas construídas socialmente, que conferem sentido e organizam a sua experiência” (p. 36). Pais e técnicos são explicitamente envolvidos na identificação de necessidades, no processo de avaliação e na permanente reconstrução e readaptação do programa às características e necessidades do grupo. Este envolvimento parte do princípio básico de que “todas as famílias têm competências, mas em certas situações, ou não as sabem utilizar atualmente, ou não sabem que as têm, ou estão impedidas de as utilizar, ou impedem-se elas próprias de as utilizar por diferentes razões” (Ausloos, 1996, p. 158).

Este conjunto de procedimentos está de acordo com os princípios orientadores da intervenção da educação parental identificados por Dunst e Trivette, (1994, citados por Kagan, 1995), em termos de envolvimento dos participantes e centração nas forças. Remete, ainda, para uma adequada bidirecionalidade comunicacional (Kaiser *et al.*, 1999) do contexto de intervenção criado, com uma partilha de propósitos e do foco de atenção entre pais e técnicos. Níveis elevados de envolvimento dos participantes,

uma abordagem centrada nas forças e no empoderamento e uma componente de apoio social constituem fatores de maior eficácia na intervenção (Statham, 2004, p. 594).

Ainda tendo presente os resultados dos questionários de avaliação global pelos pais, no que se refere à avaliação do grupo em que estiveram inseridos, apesar de esta dimensão ser avaliada, igualmente, de forma muito positiva, verifica-se uma divisão mais equitativa das avaliações pelos dois níveis mais elevados, comparativamente com outras dimensões avaliadas. Este facto, aliado a algumas reservas que os participantes foram revelando nas sessões de esclarecimento e nas sessões iniciais do programa acerca da exposição de aspetos da sua vida pessoal e familiar em contexto de grupo fazem-nos questionar qual a perceção que os pais têm da sua experiência de integração no grupo. A este respeito, importa recordar a salvaguarda de Doherty (1995) a respeito do adequado grau de profundidade e intensidade que se deve promover, para que os processos de partilha da história pessoal e de procura de mudanças comportamentais ocorram de forma não ameaçadora para os pais. De todo o modo, no que se refere às recomendações emanadas do estudo de Abreu-Lima, *et al.* (2010), a adoção de um formato grupal respeita a recomendação segundo a qual este formato é particularmente indicado nas situações em que é importante um alargamento da rede social informal e o aumento da perceção de apoio social (nas situações em que os pais percecionam maior isolamento). Esta recomendação fica espelhada nos resultados identificados pelo presente estudo, na medida em que os participantes e técnicos reportaram impacto ao nível do alargamento da rede pessoal social (primária) e alterações qualitativas na rede secundária (maior confiança nos técnicos). De acordo com Gaspar (2003) “o formato grupal em contextos comunitários naturais é cada vez mais utilizado, não só porque o formato grupal permite a constituição de redes de suporte (...) como evita a estigmatização associada aos contextos clínicos e potencia a construção de um sentido de coesão entre os membros e o desenvolvimento da empatia, ao encorajar os pais a ouvirem e a responderem às necessidades e preocupações dos outros” (p. 5).

Os resultados da análise efetuada apontam, ainda, para a existência de um impacto significativo do programa junto de grupos específicos, nomeadamente, as famílias monoparentais e as famílias imigrantes. Esse resultado está em linha com as conclusões das investigações que identificaram pais nestas situações como possuindo um elevado grau de indicação para intervenção ao nível da educação parental (Abreu-Lima, *et al.*, 2010).

O programa “Em Equilíbrio”, no estudo levado a cabo por Abreu-Lima, *et al.* (2010), foi incluído nas intervenções estruturadas, por ser construído à medida das necessidades dos participantes, com um grau de estruturação que permite a sua relativa replicação. A estruturação da intervenção, pela criação de programas previamente definidos e replicáveis, apresenta vantagens no que se refere à utilização de conteúdos e metodologias que sejam respeitadoras das necessidades das crianças e dos adultos nos seus papéis de filhos e de pais, o que deve, contudo de ser

conciliado com o espaço para adequar a intervenção às necessidades e características das famílias, de modo a fomentar uma perceção de respeito, aceitação e compreensão por parte dos pais (Abreu-Lima, 2010, p. 73). A metodologia subjacente ao programa “Em Equilíbrio” procura responder à procura deste equilíbrio, adotando-se uma metodologia de negociação de temas em função das necessidades dos pais. Os resultados dos questionários de avaliação global (cf. Tabela 7), permitem verificar que os pais avaliaram de forma muito positiva a utilidade dos temas que foram integrados no programa, o que sugere que os procedimentos para a sua definição foram ajustados.

As principais correções metodológicas ao programa revelaram-se adequadas e promotoras do alcance dos seus objetivos. Destacamos a introdução da sessão de esclarecimento, que teve como objetivo uma diminuição do número dos *drop-outs*, mas que teve como vantagem adicional de se assumir como mais uma forma de clarificar a natureza coconstruída do programa e a validação da experiência e competências dos pais, princípios essenciais à luz dos novos paradigmas da educação parental (Abreu-lima *et al.*, 2010; Gaspar, 2005; Smith, 1996, citado por Gaspar, 2005). O alargamento do número de sessões revelou-se, também fundamentado, (indo ao encontro do pedido reiterado dos pais aquando das sessões de balanço final), na medida em que programas mais longos tendem a contribuir para um aumento da rede de apoio e perceção de maior empatia com as crianças (Abreu-Lima *et al.*, 2010). Os resultados deste estudo, quer relativos aos pais, quer relativos aos técnicos, vão ao encontro deste facto verificando-se impacto ao nível do alargamento da rede primária dos pais, alteração qualitativa na rede secundária (maior confiança nos serviços) e aumento da perceção e resposta às necessidades das crianças por parte dos pais.

Aspetos a melhorar

Apesar de todos os grupos terem assumido um carácter voluntário, alguns técnicos que integram o grupo de trabalho restrito tendem a utilizar formas de “motivação” das famílias para a frequência do programa alicerçadas em posturas (implícitas ou explícitas) de coação. Este fenómeno, particularmente quando assume uma natureza velada, parece fomentar o absentismo e criar um obstáculo importante para o grau de disponibilidade dos pais para se envolverem na partilha de experiências que está na base da dinamização das sessões. Alterar um programa voluntário para um programa obrigatório pode alterar a finalidade e natureza do apoio familiar e violar os seus princípios básicos (Kagan, 1995). De acordo com Holt (2010) é importante diferenciarmos pais que frequentam os programas de forma voluntária dos que o fazem sob coação, uma vez que o contexto de construção de significados para cada um deles será moldado pela sequência de acontecimentos que precedem e sucedem à frequência do programa.

Os princípios que orientam o programa vão ao encontro da recomendação de Abreu-Lima *et al.* (2010), segundo as quais, tendo presente que grande parte das famílias alvo de intervenção são

multiassistidas, “deve promover-se a articulação da rede formal no sentido de articular a compreensão das dificuldades e forças das famílias e dos objetivos de mudança considerados como fundamentais à promoção e proteção das crianças, bem como validar as mudanças que as famílias vão gradualmente atingindo” (Abreu-Lima *et al.*, 2011, p. 74). A respeito da validação das mudanças familiares por parte dos técnicos, importa refletir sobre um dos resultados deste estudo - foram mais escassas as conclusões dos técnicos a respeito do impacto do programa nas famílias (que foram alvo da análise temática apresentada), do que as conclusões relacionadas com aspetos procedimentais. Foi, ainda, frequente os técnicos responsáveis pela referenciação e convite das famílias não disporem, nos momentos de avaliação, de dados que permitissem transmitir a sua visão sobre o impacto do programa na vida das famílias. Se, por um lado, não houve dificuldade, por parte do técnicos, em identificarem as famílias que teriam indicação para beneficiarem de educação parental, parece existir maior dificuldade em balizar as mudanças familiares e, conseqüentemente, em proceder à sua validação. Isto significa que, na prática, o princípio anteriormente enunciado poderá não estar a ser eficazmente concretizado. A forma como os serviços de apoio à família, como a educação parental, são disponibilizados, em particular, a natureza da relação entre famílias e técnicos, é um fator importante de encorajamento do seu uso; constituem fatores de maior eficácia a existência de níveis elevados de envolvimento dos participantes, de uma abordagem centrada nas forças e no empoderamento e de uma componente de apoio social (Statham, 2004, p. 594).

Uma dimensão relevante da salvaguarda do papel dos dinamizadores, prende-se com a disponibilização de espaços de reflexão e supervisão, com vista a identificar fragilidades e potencialidades, validar práticas e potenciar a eficácia (Abreu-Lima, *et al.*, 2010). Esses espaços foram, essencialmente, assegurados pelas diferentes reuniões dos grupos de trabalho, numa lógica de reflexão, não tendo ocorrido nenhum tipo de supervisão.

6. Conclusões

Uma análise dos resultados permite concluir que o programa “Em Equilíbrio, se revela ajustado aos objetivos que presidiram à sua criação, na medida em que esses resultados indicam um aumento da perceção das necessidades dos filhos, um aumento do bem-estar individual e familiar, um aumento da qualidade da relação entre pais e filhos e uma potenciação das transformações familiares associadas a outros tipos complementares de intervenção. Os resultados também permitem vislumbrar um impacto percecionado pelos participantes e pelos técnicos em domínios das relações familiares e da parentalidade que estão associados a fatores de risco e proteção correlacionados fenómenos como os maus tratos infantis, desenvolvimento de comportamentos antissociais e as toxicodependências. Estes resultados assumem particular relevância se considerarmos que o programa teve sucesso no que se refere ao envolvimento de famílias em que existem indicadores de elevada prioridade para beneficiarem de intervenção o nível da educação parental.

Limitações e potencialidades do programa

As principais limitações do programa situam-se a quatro níveis: baixa objetividade no processo de seleção das famílias, lacunas ao nível da supervisão, falta de centralidade interventiva do programa e modelo de avaliação insuficiente.

A opção metodológica de criar um programa universal e voluntário, em que a identificação da necessidade de intervenção na família parte de um técnico (*DfES, Children's Services*, citado por Abreu-Lima *et al.*, 2010), acarretou algumas limitações. Com esta metodologia, a referenciação das famílias depende, em larga medida, de uma apreciação subjetiva dos técnicos a respeito do nível de risco, do potencial de mudança, e da motivação de base das famílias. Será importante introduzir alterações metodológicas no processo que permitam melhorar a eficácia do processo de seleção das famílias, nomeadamente, com uma melhor caracterização do perfil de risco psicossocial das famílias, mediante a introdução de instrumentos para o efeito. Esses instrumentos poderão diminuir o número de famílias sinalizadas em que não existe indicação para educação parental numa lógica de intervenção seletiva, pela existência de baixo-risco psicossocial ou risco psicossocial elevado (neste caso, com necessidade de intervenção a um nível terapêutico) (Abreu-lima *et al.*, 2010; Doherty, 1995).

A introdução de instrumentos de caracterização do perfil de risco psicossocial também permitirá diminuir a diferença, que tende a ser elevada, entre o número de famílias que são selecionadas e o número de famílias que, efetivamente, se inscrevem e frequentam o programa (que será, em média, cerca de um quarto do total das famílias selecionadas). Os técnicos que integram o grupo de trabalho restrito tendem, de uma maneira geral, a sinalizar as famílias em que identificam maior número de fatores de risco, em que se verificam fenómenos de multiassistência e em que existe uma perspetiva subjetiva de insucesso nas múltiplas intervenções desenvolvidas. Parece existir uma tendência para os pais destas famílias apresentarem uma menor motivação, menor confiança nos técnicos e serviços, menor disponibilidade de recursos e maior número de constrangimentos para a frequência do programa. Necessariamente, uma percentagem significativa das famílias com estas características não mostram abertura para frequentar o programa ou desistem precocemente, reforçando a perceção de insucesso na intervenção dos técnicos, o que recursivamente, alimenta o sentimento de desconfiança das famílias.

O programa ter vindo a ser implementado em contextos institucionais em que são desenvolvidas outros tipos de intervenção. Existe, assim, uma afetação parcial de tempo à implementação dos programas de educação parental, que assume, invariavelmente, a condição de intervenção complementar de outros tipos de trabalho mais centrais (trabalho clínico, gestão de processos de promoção e proteção). Este aspeto constitui um entrave importante ao tempo necessário para esses espaços de reflexão e supervisão.

Abreu-Lima (2010), considera essencial a promoção de uma cultura

regular de avaliação, alicerçada em entrevistas (face à baixa escolaridade dos participantes) efetuadas por profissionais (em detrimento dos dinamizadores), como forma de garantir a eficácia e ajustamento das intervenções às famílias. A este nível, apesar da mais-valia que constitui a integração de dois dos grupos no estudo de Abreu-Lima *et al.* (2010), consideramos que há um longo caminho a percorrer no que se refere ao enriquecimento da metodologia de avaliação do programa. A introdução de medidas de pré-teste e pós-teste, com adoção de instrumentos formais (standardizados e adaptados), será uma alternativa a equacionar, ainda que a escolha dos instrumentos a adotar deva ser criteriosa, face às dificuldades dos participantes, associadas aos baixos níveis de escolaridade.

Apesar das limitações apresentadas no que se refere à metodologia de definição do grupo alvo do programa, uma potencialidade do programa prende-se com o facto de ter conseguido, em todos os grupos desenvolvidos, atingir famílias que apresentam critérios de elevada prioridade para a intervenção ao nível da educação parental (Abreu-Lima *et al.*, 2010, Doherty, 1995; Gaspar, 2005), anteriormente apresentadas, nomeadamente, pelo seu isolamento pela inserção numa cultura diferente da cultura dominante, existência de crianças com necessidades educativas especiais ou que apresentam problemas específicos do foro comportamental ou emocional, baixos níveis educacionais dos pais e vivência de uma situação de monoparentalidade.

Contudo, na nossa opinião, a principal mais-valia do programa “Em Equilíbrio” prende-se com a dinamização da rede formal das famílias e o seu envolvimento na disponibilização de uma resposta preventiva complementar a outras formas de intervenção (terapêuticas, apoio social), com impacto ao nível do exercício da parentalidade e alargamento das redes informais das famílias. O sucesso da sua metodologia é potenciado pela adoção de uma postura de empoderamento das famílias centrada nas forças familiares e pela promoção da participação das famílias na implementação do programa. Um efeito colateral da articulação da rede formal foi o aumento do sentimento de confiança de algumas famílias em relação aos técnicos. O programa apresenta, ainda, um equilíbrio flexível entre conteúdos transmitidos aos pais (criados e preparados à medida das famílias) e o respeito pelas suas necessidades características e expectativas.

Desenvolvimentos futuros

Em grupos futuros, será importante criar instrumentos de sinalização pelos técnicos que permitam uma discriminação mais fina das famílias no que se refere à indicação destas para educação parental e dos fatores de sucesso relativamente à sua integração, que incluam uma caracterização do seu grau de risco psicossocial. A este nível, importa determo-nos na recomendação emanada do relatório de Abreu-Lima *et al.* (2010), segundo a qual nas famílias de baixo risco psicossocial a educação parental é sempre aconselhada quando os cuidadores necessitam de ser apoiados no desenvolvimento de padrões de relacionamento saudável com os filhos, ao passo que, nas famílias de risco médio ou elevado, se deve equacionar a

necessidade de intervenção a um nível mais intensivo e terapêutico de intervenção familiar, por enfrentarem dificuldades em várias áreas do seu funcionamento ou por existir um risco evidente de negligência e/ou maus tratos ativos (p. 72).

Tendo presente os resultados deste estudo no que se refere à avaliação do grupo por parte dos participantes, será importante avaliar de forma mais profunda qual a perceção que os pais têm desse mesmo grupo e que fatores são determinantes para a construção dessa perceção. No que se refere aos técnicos, será, também, importante avaliar a sua perceção sobre o valor da educação parental, em geral, e sobre a experiência de participação no grupo de trabalho com vista à implementação do programa, de modo a colmatar lacunas ao nível da sustentabilidade do programa e ao nível da coconstrução do espaço de intervenção e validação das mudanças alcançadas pelas famílias. Finalmente, tendo presente que o programa visa, também, uma rentabilização de recursos numa lógica de parceria e de intervenção em rede, será importante efetuar uma avaliação mais profunda do impacto do programa junto dos seus beneficiários, a par de um estudo dos custos associados à sua implementação, de modo a ter uma perspetiva do seu custo-benefício.

Bibliografia

- Abreu-Lima, I., Alarcão, M., Almeida, A. T., Brandão, T., Cruz, O., Gaspar, M. F., & Ribeiro dos Santos, M. (2010). *Avaliação de intervenções de educação parental: relatório 2007-2010*. Lisboa. Recuperado em 26 de fevereiro de 2013, de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3496&m=PDF.
- Anderson, H. & Goolishian, H.A. (1998). O Cliente é o especialista? A abordagem terapêutica do não-saber. In S. McNamee & K.J. Gergen (Orgs.). *A terapia como construção social* (pp. 34-50). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias: tempo caos, processo*. Lisboa: Climepsi.
- Câmara Municipal de Ílhavo (2008). *Regulamento do atendimento social integrado*. Ílhavo. Recuperado em 6 de março de 2013, de http://www.cm-ilhavo.pt/uploads/writer_file/document/71/Regulamento_ASI.pdf.
- Constituição da República Portuguesa de 2005 (2005). Lisboa. Recuperado em 2 de fevereiro de 2013, de <http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/155A00/46424686.pdf>.
- Doherty, W. J. (1995). Boundaries between parent and family education and family therapy: the levels of family involvement model. *Family Relations*, 44, 353-358.
- Gaspar, M. (2003). O trabalho com pais na prevenção do comportamento anti-social. (Parenting intervention and prevention of anti-social behavior). In Alberto, I. et al. (Orgs). *Comportamento anti-social: escola e família*. Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade

de Coimbra.

- Gaspar, M. (2005). Educação familiar como intervenção sócio-educativa: Porquês, para quem, como e por quem? (Family education as a sócio-educative intervention: Reasons, for who, how and for who?). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 39(3), 61-98.
- Häggman-Laitila, A. & Pietilä, A.-M. (2009). Preventive psychosocial support groups: parents' criteria for good quality. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 23, 211-221.
- Holt, A. (2010). Managing 'spoiled identities': parents' experiences of compulsory parenting support programmes. *Children & Society*, 24, 413-423.
- Kagan, S. (1995). *The changing face of parenting education*. Urbana, IL: ERIC Clearinghouse on Elementary and Early Childhood Education. (ERIC Document Reproduction Service No. ED382406).
- Kaiser, A., Mahoney, G., Girolametto, L., McDonald, J., Robinson, C., Safford, P. & Spiker, D. (1999). Rejoinder: Toward a contemporary vision of parent educations. *Topics in Early Childhood Special Education*, 19(3), 173-176.
- Kumpfer, K. L. (1999). *Strengthening america's families: exemplary parenting and family strategies for delinquency prevention*. Recuperado em 26 de fevereiro de 2013, de http://www.strengtheningfamilies.org/html/literature_review_1999.pdf
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro de 1999 (1999). Aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, enquadrando a intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude, das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e dos Tribunais. Lisboa. Recuperado em 2 de fevereiro de 2013, de <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/204A00/61156132.pdf>.
- Lei n.º 166/99, de 14 de setembro de 1999 (1999). Aprova a Lei Tutelar Educativa, que define as medidas tutelares educativas que visam a educação para o direito de menores, entre os 12 e 16 anos, que pratiquem facto qualificado pela lei como crime. Lisboa. Recuperado em 2 de fevereiro de 2013, de <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/215A00/63206351.pdf>.
- Mahoney, G., Kaiser, A., Girolametto, L., MacDonald, J., Robinson, C., Safford, P., & Spiker, D. (1999). Parent education in early intervention: a call for renewed focus. *Topics in Early Childhood Special Education*, 19(3), 131-140.
- Pehrson, K. & Robinson C. (1990). Parent education: Does it make a difference. *Child Study Journal*, 2(4), 221-236.
- Portaria n.º 730/2004, de 24 de junho de 2004 (2004). Cria o Programa para a Inclusão e Desenvolvimento. Recuperado em 2 de março de 2013, de <http://dre.pt/pdf1sdip/2004/06/147B00/38693871.pdf>
- Recomendação do Comité dos Ministros do Conselho da Europa Rec(2006)19 (2006). Relatório da 28.ª reunião do Conselho de Ministro do Conselho da Europa, responsáveis pelos assuntos da

família. Lisboa. Recuperado em 6 de fevereiro de 2013, de <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=1073507>

- Statham, S. (2004). Effective services to support children in special circumstances. *Child: Care, Health & Development*, 30(6), 589 – 598.
- Vaz, C.P., & Relvas, A. P. (2007). Monoparentalidade: uma família à parte ou parte de uma família. In Relvas, A. P., & Alarcão, M. (Coord.). *Novas formas de família* (pp. 245-298). Coimbra: Quarteto.

Parte III - Principais implicações e conclusões da atividade desenvolvida

Efetuada um balanço da atividade desenvolvida desde 2001 e tendo em consideração a reflexão anteriormente apresentada a respeito dos aspetos que constituíram elementos comuns ao trabalho desenvolvido, importa considerar o papel que assumiram a adoção de uma perspetiva sistémica e a centralidade dada ao trabalho com famílias.

De acordo com Gameiro, 1998, a terapia familiar impôs-se internacionalmente por se tratar de um modelo de intervenção com uma conexão próxima à vida quotidiana das pessoas e por se tratar de um método terapêutico relativamente breve e eficaz (p. 16). Este movimento científico é composto por três vertentes – epistemológica, teórica e prática clínica –, que se interpenetram numa circularidade pragmática e compreensiva (Relvas, 1999). A sua expansão, desenvolvimento e constituição conduzem a que, presentemente, se fale, com maior propriedade de *intervenção sistémica e consulta de sistemas* (Relvas, 1999; Gameiro, 1999). Esta mudança implica uma alteração de atitude epistemológica que leva a que se passe a considerar outros sistemas para além do sistema familiar, mais alargados (como a família alargada e as redes comunitárias) e mais pequenos (como os sistemas individuais).

Uma primeira implicação da atividade que desenvolvemos, prende-se com o contributo de uma visão sistémica de análise e intervenção em diferentes sistemas (em termos clínicos/terapêuticos, de intervenção comunitária e de supervisão), para o trabalho realizados pelas diversas equipas em que fomos integrados. Esse contributo consubstanciou-se num incremento qualitativo do trabalho desenvolvido pelas equipas e numa diversificação das respostas terapêuticas e preventivas disponibilizadas aos beneficiários e clientes dos diferentes serviços e contextos de intervenção.

Apesar da disseminação e desenvolvimento da terapia familiar em Portugal e do crescente número de profissionais com formação específica e experiência acumulada no domínio da intervenção sistémica, consideramos que a generalidade das famílias ainda sente dificuldade em aceder a respostas terapêuticas neste domínio. Não é raro os diferentes profissionais das áreas do trabalho social e da saúde sentirem dificuldade no encaminhamento de famílias para acompanhamento terapêutico ao nível da terapia familiar sistémica, pelo que consideramos que outra das implicações da atividade desenvolvida prende-se com a disponibilização às famílias de respostas terapêuticas especializadas, em termos de prática clínica privada e no contexto dos projetos e serviços onde desenvolvemos atividade.

De entre os contextos em que disponibilizámos acompanhamento terapêutico a famílias, consideramos de particular relevância aqueles em que foi possível proporcionar acesso a esta resposta a famílias em particular situação de vulnerabilidade social e, de entre estas, às famílias multiproblemáticas pobres. Estas famílias caracterizam-se por se encontrarem entre os grupos populacionais com mais dificuldades e que se revelam mais difíceis de ajudar, sendo essencial repensar a intervenção de

modo a que esta integre de forma complementar a compreensão do funcionamento e estrutura das famílias, a reformulação de estratégias de intervenção e as políticas sociais que organizam os apoios disponíveis (Sousa, et al., 2007, p. 14).

Uma outra implicação importante das atividades desenvolvidas e da especialização que fomos desenvolvendo ao longo do tempo prende-se com a disponibilização de serviços especializados de avaliação e intervenção familiar e respostas preventivas (com recurso à terapia familiar ou educação parental), no âmbito do trabalho desenvolvido dentro do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens. Essa importância decorre do facto de um dos constrangimentos com que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), de uma maneira geral, se confrontam no exercício das suas atribuições ser a existência de um défice de recursos especializados para o processo de avaliação e diagnóstico dos contextos familiares das crianças. Verifica-se, ainda, um défice de recursos para proporcionar às famílias das crianças e jovens que beneficiam de medidas de promoção proteção em meio natural vida respostas ao nível terapêutico (nomeadamente, de terapia familiar) e de educação parental.

No que se refere ao caso específico da educação parental, a possibilidade dos pais, ou de outros familiares de crianças e jovens acompanhados pelas CPCJ beneficiarem de programas de educação parental, encontra-se consagrado no artigo 41.º da Lei n.º 147/99 (1999), o que, até à presente data e apesar das conclusões do estudo de Abreu-Lima, *et. al* (2010), carece de regulamentação. Nesse sentido, o programa de educação parental “Em Equilíbrio” que acabámos de analisar criticamente neste relatório, tem vindo a constituir uma possibilidade de resposta ao previsto na referida Lei, revelando algum sucesso na promoção de competências parentais junto dos pais que dele beneficiaram. Tem, também, vindo a suscitar interesse junto de várias CPCJ que equacionam a possibilidade da sua replicação. O estudo apresentado neste relatório permite orientar o futuro desenvolvimento deste programa, promovendo melhorias ao nível metodológico e um maior ajustamento entre os seus resultados e objetivos delineados.

Finalmente, as profundas transformações sociodemográficas do universo das famílias nas últimas décadas, aceleradas pelo contexto de rápida transformação social que atravessamos, requerem a capacidade de percebermos o que é que as “novas famílias” têm de único e percebê-las na sua riqueza e complexidade (Relvas & Alarcão, 2007). A formação e experiência acumulada de intervenção sistémica familiar em diferentes contextos permite dar um contributo para a disponibilização de diferentes respostas preventivas e de intervenção que sejam respeitadoras deste princípio e que se reflitam numa melhoria do bem-estar familiar.

Bibliografia Geral

- Abreu-Lima, I., Alarcão, M., Almeida, A. T., Brandão, T., Cruz, O., Gaspar, M. F., & Ribeiro dos Santos, M. (2010). *Avaliação de intervenções de educação parental: relatório 2007-2010*. Lisboa. Recuperado em 26 de fevereiro de 2013, de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3496&m=PDF.
- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Almeida, A. N., Guerreiro, M. D., Lobo, C., Torres, A., Wall, K. (1998). Relações familiares: mudança e diversidade. In Viegas, J. M. & Costa, A. F. (Eds.). *Portugal, que modernidade?* (pp. 45-78) Lisboa: Celta.
- Anderson, H. & Goolishian, H.A. (1998). O Cliente é o especialista? A abordagem terapêutica do não-saber. In S. McNamee & K.J. Gergen (Orgs.). *A terapia como construção social* (pp. 34-50). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias: tempo caos, processo*. Lisboa: Climepsi.
- Barker, P. (2000). *Fundamentos da terapia familiar*. Lisboa: Climepsi.
- Barreto, A. (2002). *Mudança social em Portugal, 1960/2000*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Cirillo, S. (1994). *El cambio en los contextos no terapéuticos*. Barcelona: Paidós.
- Câmara Municipal de Ílhavo (2008). *Regulamento do atendimento social integrado*. Ílhavo. Recuperado em 6 de março de 2013, de http://www.cm-ilhavo.pt/uploads/writer_file/document/71/Regulamento_ASI.pdf.
- Constituição da República Portuguesa de 2005 (2005). Lisboa. Recuperado em 2 de fevereiro de 2013, de <http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/155A00/46424686.pdf>.
- Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de maio de 1991 (1991). Regula a criação, competência e funcionamento das comissões de proteção de menores. Recuperado em 2 de fevereiro de 2013, de <http://dre.pt/pdf1sdip/1991/05/113A00/26352640.pdf>.
- Doherty, W. J. (1995). Boundaries between parent and family education and family therapy: the levels of family involvement model. *Family Relations*, 44, 353-358.
- Gameiro, J. (1999). *Voando sobre a psiquiatria*. (2a ed.). Porto: Afrontamento.
- Gaspar, M. (2003). O trabalho com pais na prevenção do comportamento anti-social. (Parenting intervention and prevention of anti-social behavior). In Alberto, I. et al. (Orgs). *Comportamento anti-social: escola e família*. Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- Gaspar, M. (2005). Educação familiar como intervenção sócio-educativa: Porquês, para quem, como e por quem? (Family education as a sócio-educative intervention: Reasons, for who, how and for who?). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 39(3), 61-98.

- Häggman-Laitila, A. & Pietilä, A.-M. (2009). Preventive psychosocial support groups: parents' criteria for good quality. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 23, 211-221.
- Holt, A. (2010). Managing 'spoiled identities': parents' experiences of compulsory parenting support programmes. *Children & Society*, 24, 413-423.
- Imber-Black, E. (1988). *Families and larger systems*. New York: Guilford.
- Kagan, S. (1995). *The changing face of parenting education*. Urbana, IL: ERIC Clearinghouse on Elementary and Early Childhood Education. (ERIC Document Reproduction Service No. ED382406).
- Kaiser, A., Mahoney, G., Girolametto, L., McDonald, J., Robinson, C., Safford, P. & Spiker, D. (1999). Rejoinder: Toward a contemporary vision of parent educations. *Topics in Early Childhood Special Education*, 19(3), 173-176.
- Kumpfer, K. L. (1999). *Strengthening america's families: exemplary parenting and family strategies for delinquency prevention*. Recuperado em 26 de fevereiro de 2013, de http://www.strengtheningfamilies.org/html/literature_review_1999.pdf
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro de 1999 (1999). Aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, enquadrando a intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude, das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e dos Tribunais. Lisboa. Recuperado em 2 de fevereiro de 2013, de <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/204A00/61156132.pdf>.
- Lei n.º 166/99, de 14 de setembro de 1999 (1999). Aprova a Lei Tutelar Educativa, que define as medidas tutelares educativas que visam a educação para o direito de menores, entre os 12 e 16 anos, que pratiquem facto qualificado pela lei como crime. Lisboa. Recuperado em 2 de fevereiro de 2013, de <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/215A00/63206351.pdf>.
- Mahoney, G., Kaiser, A., Girolametto, L., MacDonald, J., Robinson, C., Safford, P., & Spiker, D. (1999). Parent education in early intervention: a call for renewed focus. *Topics in Early Childhood Special Education*, 19(3), 131-140.
- Nichols, M. & Schwartz, R. C. (1998). *Family therapy concepts and methods*. (4th ed.). Allyn and Bacon.
- Pehrson, K. & Robinson C. (1990). Parent education: Does it make a difference. *Child Study Journal*, 2(4), 221-236.
- Poiães, C. (Coord.). (2010). *Edição comemorativa, da Lei de Proteção da Infância, 27 de maio de 1911*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P..
- Portaria n.º 730/2004, de 24 de junho de 2004 (2004). Cria o Programa para a Inclusão e Desenvolvimento. Recuperado em 2 de março de 2013, de <http://dre.pt/pdf1sdip/2004/06/147B00/38693871.pdf>
- Relvas, A. P. (1999). *Conversas com famílias: discursos e perspetivas em terapia familiar*. Porto: Afrontamento.

- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (Coords). (2007). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto.
- Recomendação do Comité dos Ministros do Conselho da Europa Rec(2006)19 (2006). Relatório da 28.^a reunião do Conselho de Ministro do Conselho da Europa, responsáveis pelos assuntos da família. Lisboa. Recuperado em 6 de fevereiro de 2013, de <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=1073507>
- Resolução da Assembleia da República n.º 20/90 (1990). Aprova, para ratificação, a Convenção sobre os Direitos da Criança, assinada em Nova Iorque, em 26 de janeiro de 1990. Lisboa. Recuperado em 2 de fevereiro de 2013, de <http://dre.pt/pdf1sdip/1990/09/21101/00020020.pdf>.
- Sampaio, D., & Gameiro, J. (1998). *Terapia familiar*. (4a ed.). Porto: Afrontamento.
- Seabra (1867). *Código civil portuguez*. Lisboa. Recuperado em 2 de fevereiro de 2013, de <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1664.pdf>.
- Segalen, M. (1999). A revolução industrial: do proletariado ao burguês. In Burguière, A., Klapisch-zuber, C., Segalen, M., Zonabend, F. (Coord.). *História da família: o ocidente, industrialização e urbanização* (pp. 5-36). Lisboa: Terramar.
- Silva, M. H., & Relvas, A. P. (2007). Casal, casamento e união de facto. In Relvas, A. P., & Alarcão, M. (Coord.). *Novas formas de família* (pp. 189-244). Coimbra: Quarteto.
- Sotero, L. M. & Relvas, A. P. (2012). A intervenção com clientes involuntários: complexidade e dilemas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 187-196.
- Sousa, L, Hespanha, P., Rodrigues, S. & Grilo, P. (2007). *Famílias pobres: desafios à intervenção social*. Lisboa: Climepsi.
- Statham, S. (2004). Effective services to support children in special circumstances. *Child: Care, Health & Development*, 30(6), 589 – 598.
- Vaz, C.P., & Relvas, A. P. (2007). Monoparentalidade: uma família à parte ou parte de uma família. In Relvas, A. P., & Alarcão, M. (Coord.). *Novas formas de família* (pp. 245-298). Coimbra: Quarteto.

Anexos

Anexo I – Tabelas síntese da atividade desenvolvida

Tabela 1. Atividade clínica e atividade conexas desenvolvidas

Entidade/Local de Realização	Atividade Clínica	Atividade Conexas
NUSIAF/CPC C-FPCEUC.	Consulta psicológica individual, familiar e conjugal sistémica; Participação em coterapia em cerca de 20 processos terapêuticos.	Construção de base de dados para registo de informação relativa aos processos acompanhados no NUSIAF.
Labirinto – Centro de Consulta Psicológica de Santa Maria da Feira.	Consulta psicológica individual, familiar e conjugal – crianças, adolescentes e adultos; psicoterapia sistémica; Avaliação e intervenção psicológica: crianças e jovens com necessidades educativas especiais (articulação com estabelecimentos de ensino); crianças, adolescentes, adultos, famílias e casais por solicitação dos próprios; Avaliação e intervenção sistémica familiar, por solicitação da Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais (EMAT) do ISS, I.P. (processos cíveis e processos de promoção e proteção de crianças e jovens); No âmbito destas atividades procedemos ao acompanhamento de cerca de 100 processos terapêuticos.	Participação na dinamização de formações e seminários internos sobre temáticas diversificadas no domínio da avaliação e intervenção psicológica; Participação em diagnósticos de necessidades de formação e na construção e dinamização de projetos de formação direcionada a psicólogos e docentes; Dinamização de sessões de formação direcionadas a docentes dos estabelecimentos de ensino do Concelho de Santa Maria da Feira; Participação na tradução e processo de adaptação de materiais e instrumentos clínicos.
CEIFAC – Projeto “Novas Famílias”.	Consulta psicológica individual, familiar e conjugal – famílias acompanhadas pelo Gabinete de Apoio Familiar de Coimbra (GAFAC); objetivo geral – prevenção primária das toxicodependências; Avaliação e intervenção familiar, no âmbito de um protocolo terapêutico de intervenção familiar em contexto de coação – famílias de crianças e jovens com processo de promoção e proteção na CPCJ de Coimbra; Intervenção Comunitária (intervenção em rede) – freguesias do Concelho de Coimbra, parceiras do Projeto; No âmbito destas atividades	Execução do Projeto “Novas Famílias”, do qual se destaca a criação e implementação do GAFAC, um serviço direcionado à prevenção das toxicodependências ao longo do ciclo vital da família, alicerçado na terapia familiar sistémica; Participação no processo de planeamento, implementação e avaliação empírica do Projeto; Participação no processo de criação de um protocolo terapêutico de intervenção familiar em contexto de coação, em parceria com a CPCJ de Coimbra. Participação na elaboração de candidaturas a outros projetos (PROGRIDE do ISS, I.P.; Fundação

	procedemos ao acompanhamento de 120 processos terapêuticos.	Calouste Gulbenkian) direcionados ao apoio às famílias, com vista a alargar o âmbito da intervenção da instituição.
Projeto RIA – Rede de Intervenção de Aveiro.	Consulta psicológica individual, familiar e conjugal – famílias das freguesias a descoberto de respostas de proximidade ao nível da saúde mental (Aradas, Eixo, Eirol, Esgueira, Requeixo, N.ª Senhora de Fátima, Nariz, Santa Joana, São Bernardo e São Jacinto); psicoterapia sistémica; Avaliação e intervenção familiar, no âmbito de um protocolo terapêutico de intervenção familiar em contexto de coação – famílias de crianças e jovens acompanhadas pela CPCJ de Aveiro; Dinamização de 9 grupos de educação parental, envolvendo 63 pais/mães, numa lógica de prevenção seletiva. Intervenção Comunitária através de uma metodologia inspirada no Teatro do Oprimido e adaptada à intervenção sistémica; No âmbito destas atividades procedemos ao acompanhamento de 149 processos terapêuticos.	Participação no processo de planeamento da execução, implementação e avaliação empírica do Projeto; responsabilidade em três ações: Acompanhamento Psicossocial Integrado; Educação Parental; e Banco de Voluntariado de Aveiro; Criação e implementação de um modelo de acompanhamento psicossocial integrado, com base numa equipa multidisciplinar; complementaridade com outros serviços/recursos existentes na comunidade e disponibilização da intervenção sistémica familiar (com particular saliência para o trabalho desenvolvido junto das famílias multiproblemáticas pobres e multiassistidas e para as famílias de crianças e jovens com processos de promoção e proteção na CPCJ de Aveiro); Criação de um Programa de Educação Parental, com o objetivo geral de reativar competências parentais, seguindo um modelo de prevenção seletiva e alicerçado numa lógica de parceria, mediante criação de uma rede institucional de suporte à sua execução; Criação e dinamização do Banco de Voluntariado de Aveiro, bem como de todos os instrumentos de suporte à sua dinamização; Criação de uma metodologia de intervenção comunitária, inspirada no Teatro do Oprimido, seguindo uma lógica de intervenção sistémica.
Clínica “Sentires” – Aveiro.	Consulta psicológica individual, familiar e conjugal; psicoterapia sistémica; No âmbito destas atividades procedemos ao acompanhamento de 42 processos terapêuticos.	
AHMA - CAFAP “Raio	Consulta psicológica familiar e conjugal; psicoterapia sistémica;	Planeamento da implementação de um programa de Educação Parental;

de sol... para todos”.	Avaliação e intervenção familiar de famílias de crianças e jovens em perigo, sujeitos a medidas de promoção e proteção no âmbito das CPCJ e dos Tribunais de Família e Menores; No âmbito destas atividades procedemos ao acompanhamento de 6 processos terapêuticos.	Criação de instrumentos de divulgação do CAFAP.
Fundação Padre Félix - Aveiro	Consulta psicológica individual, familiar e conjugal – crianças, adolescentes e adultos; população-alvo da intervenção da Fundação – habitantes da Freguesia de São Bernardo – Aveiro. No âmbito destas atividades procedemos ao acompanhamento de 40 processos terapêuticos.	
CMI – CPCJ de Ílhavo	Avaliação e intervenção familiar sistémica – famílias de crianças e jovens em perigo acompanhadas pela CPCJ de Ílhavo, enquanto elemento cooptado; Gestão de 238 processos de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo; Dinamização de 2 grupos de educação parental, envolvendo 22 participantes, numa lógica de prevenção seletiva.	Dinamização de sessões de reflexão/sensibilização, direcionadas a entidades com competência em matéria de infância e juventude (Associações de Pais, Associações Juvenis, Escolas), sobre o sistema de promoção e proteção e sobre temáticas relacionadas com a promoção dos direitos e proteção de crianças em perigo/risco; Criação de um Programa de Educação Parental, com objetivos e metodologia semelhante ao do Projeto RIA; Organização e participação como orador no II Encontro da CPCJ de Ílhavo, sobre o tema dos “desafios e oportunidades das famílias em mudança”; Dinamização de sessões temáticas direcionadas à comunidade (p. ex., <i>bullying</i> ; desenvolvimento familiar; novas formas de família); Produção de textos informativos sobre temas no domínio da saúde mental, da família e da promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo, para os diferentes Boletins Municipais.

Tabela 2. Atividade como supervisor

Entidade/Local de Realização	Atividade
Projeto “Novos Trilhos”	Supervisão clínica – Equipa de Psicólogos do Projeto, no âmbito da Ação “Gabinete de Psicologia de Adultos”.
Sociedade de Promoção Social da Obra do Frei Gil –	Supervisão – equipas Técnica e Educativa do Lar de Infância e Juventude no âmbito da intervenção para a concretização dos projetos de vida de crianças e jovens em perigo alvo de medida de promoção e proteção de acolhimento em instituições;
Casa da Praia de Mira.	Qualificação da intervenção das equipas tendo como objetivo a diminuição do tempo de acolhimento dos jovens e aumento do número de reunificações familiares.

Tabela 3. Formação recebida em contexto de trabalho

Entidade/Local de Realização	Formação recebida	Datas
Labirinto – Centro de Consulta Psicológica de Santa Maria da Feira	Curso de avaliação e intervenção em situação de mau trato infantil, ministrado pela Prof. ^a Doutora Isabel Alberto (FPCEUC). Curso de avaliação e intervenção em dificuldades de aprendizagem e prática clínica supervisionada neste domínio pelo Prof. Doutor João Lopes (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto). Prática clínica supervisionada pela Prof. ^a Doutora Isabel Soares (Instituto de Educação e de Psicologia da Universidade do Minho). Prática clínica supervisionada pela Dra. Marisa Fonseca, diretora do Centro, individualmente e grupalmente, no contexto das reuniões da equipa técnica.	Novembro de 2001 a abril de 2002. Novembro de 2001 a junho de 2002. Novembro de 2001 a junho de 2002. Novembro de 2001 a junho de 2007.
CEIFAC – Projeto “Novas Famílias”.	Supervisão Clínica, direcionada aos processos terapêuticos acompanhados no âmbito do GAFAC, pela Prof. ^a Doutora Ana Paula Relvas (FPCEUC). Supervisão científica ao desenvolvimento da implementação do Projeto “Novas Famílias”, efetuada pela Prof. ^a Doutora Ana Paula Relvas (FPCEUC)	Mai de 2003 a setembro de 2005. Mai de 2003 a setembro de 2005.
Projeto RIA – Rede de Intervenção de Aveiro	Prática clínica supervisionada, relativamente aos processos terapêuticos acompanhados no âmbito da Ação 1 do Projeto - Acompanhamento Psicossocial, pela Prof. ^a Doutora Madalena Alarcão (FPCEUC)	Dezembro de 2007 a maio de 2009.
Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças, do	Supervisão de supervisores, ministrada pela Prof. ^a Dra. Madalena Alarcão (FPCEUC), no contexto do grupo de supervisores dos Lares de Infância e Juventude adstritos ao Centro Distrital de Aveiro do	Outubro de 2008 a setembro de 2011.

ISS, I.P.	ISS, I.P..	
AHMA - CAFAP	Formação em contexto de trabalho sobre o	Outubro a
“Raio de sol... para todos”.	Programa MAIFI – Modelo de Avaliação e de Intervenção Familiar Integrada (Dra. Ana Melo)	dezembro de 2010.

Tabela 4. Formações Individuais

Curso/Formação	Entidade	Datas
Curso de Pós-graduação em Análise e Intervenção Familiar.	FPCEUC	Outubro de 2002 a maio de 2003.
Curso de Intervenção Sistémica e Familiar	Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar (SPTF)	Maio de 2002 a maio de 2004.
Supervisão em intervenção Sistémica e Familiar	SPTF – Prof. ^a Doutora Ana Paula Relvas e Prof. ^a Doutora Margarida Rangel Henriques	Janeiro de 2006 a junho de 2007.
Famílias Multiproblemáticas Pobres: Caminhos de sucesso para a intervenção Social	Rede Europeia Antipobreza/Portugal Dra. Liliana Sousa (Universidade de Aveiro) Dra. Sofia Rodrigues (Universidade de Aveiro)	Abril de 2009.
Violência Doméstica no Âmbito da Conjugalidade	Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Aveiro da Cáritas Diocesana de Aveiro e pela CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	Outubro de 2009

Anexo II – Ficha de Caracterização das Famílias

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARENTAL "EM EQUILÍBRIO"
Ficha de Caracterização da Família pelo Encaminhador

Técnico Encaminhador: _____	Data: ____/____/____		
Instituição: _____			
INFORMAÇÃO SOBRE OS PAIS			
	Idade	Profissão	Habilitações Literárias
Pai	_____ A	_____	_____
Mãe	_____ A	_____	_____
INFORMAÇÃO SOBRE OS FILHOS			
	Idade	Situação Escolar/Profissional	Observações
Filho 1	_____ A	_____	_____
Filho 2	_____ A	_____	_____
Filho 3	_____ A	_____	_____
Filho 4	_____ A	_____	_____
Filho 5	_____ A	_____	_____
Filho 6	_____ A	_____	_____
Existem outros elementos a residir no agregado? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não. Em caso afirmativo, quais? _____			
TIPO DE FAMÍLIA			
<input type="checkbox"/> Família nuclear com filhos		<input type="checkbox"/> Família Alargada	
<input type="checkbox"/> Família Monoparental		<input type="checkbox"/> Família Reconstituída	
		<input type="checkbox"/> Família de Acolhimento	
		<input type="checkbox"/> Família Adoptiva	
		<input type="checkbox"/> Outro _____	
DIAGNÓSTICO/INTERVENÇÃO			
Porque motivo considera pertinente o encaminhamento desta família para um Programa de Educação Parental?			



De acordo com o seu diagnóstico, quais as áreas prioritárias de intervenção nesta família?			


Que intervenção está a ser levada a cabo pela instituição?			


Em que grau considera que a família está motivada para a frequência de um Programa de Educação Parental?			
<input type="checkbox"/> Nada Motivada <input type="checkbox"/> Pouco Motivada <input type="checkbox"/> Moderadamente motivada <input type="checkbox"/> Motivada <input type="checkbox"/> Muito Motivada			
Que aspectos poderão constituir um entrave à participação da família no Programa de Educação Parental?			


Observações:			


Anexo III – Instrumentos de Avaliação



	ACÇÃO 3 – FORMAÇÃO DIRIGIDA A FAMÍLIAS QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA SESSÃO PELOS PAIS		GRUPO Nº 6 – SÃO BERNARDO
	Sessão Nº : _____	Data: ____/____/____	Convidado: _____
<p>Diga-nos o que achou desta sessão. Ponha uma cruz (X) no quadrado que melhor se aplica.</p>			
1. As coisas de que falámos nesta sessão foram:			
<input type="checkbox"/> Inúteis <input type="checkbox"/> Pouco Úteis <input type="checkbox"/> Mais ou Menos Úteis <input type="checkbox"/> Úteis <input type="checkbox"/> Muito Úteis			
2. Os convidados foram:			
<input type="checkbox"/> Muito Fracos <input type="checkbox"/> Fracos <input type="checkbox"/> Mais ou Menos <input type="checkbox"/> Bons <input type="checkbox"/> Muito Bons			
3. Os mediadores foram:			
<input type="checkbox"/> Muito Fracos <input type="checkbox"/> Fracos <input type="checkbox"/> Mais ou Menos <input type="checkbox"/> Bons <input type="checkbox"/> Muito Bons			
4. A discussão com os colegas do grupo foi:			
<input type="checkbox"/> Inútil <input type="checkbox"/> Pouco Útil <input type="checkbox"/> Mais ou Menos Útil <input type="checkbox"/> Útil <input type="checkbox"/> Muito Útil			
5. As instalações e os equipamentos foram:			
<input type="checkbox"/> Muito Maus <input type="checkbox"/> Maus <input type="checkbox"/> Mais ou Menos <input type="checkbox"/> Bons <input type="checkbox"/> Muito Bons			
Eu gostava ainda de dizer o seguinte: _____ _____ _____ _____			
			



		ACÇÃO 3 – FORMAÇÃO DIRIGIDA A FAMÍLIAS QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA SESSÃO PELOS MEDIADORES			GRUPO Nº 6 – SÃO BERNARDO							
		Sessão Nº : _____	Data: ____/____/____	Instituição Convidada: _____								
Nome do Mediador: _____		Tema: _____										
Relativamente a esta sessão, assinale com uma cruz a opção que melhor caracteriza cada um dos aspectos referentes à sua participação de acordo com a seguinte escala: 1. Mau; 2. Insuficiente; 3. Suficiente; 4. Bom; 5. Muito Bom												
<table border="1"> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">1</td> <td style="text-align: center;">2</td> <td style="text-align: center;">3</td> <td style="text-align: center;">4</td> <td style="text-align: center;">5</td> </tr> </table>								1	2	3	4	5
	1	2	3	4	5							
1. Relativamente ao funcionamento da sessão:												
1.1. Pertinência do tema abordado.												
1.2. Dinamização do tema abordado.												
1.3. Participação dos elementos do grupo na discussão.												
1.4. Tempo disponível para a mediação da sessão.												
2. Auto-avaliação do Mediador:												
2.1. Relação estabelecida com os participantes.												
2.2. Incentivo à participação dos elementos do grupo.												
2.3. Mediação da sessão face ao tema proposto.												
2.4. Articulação com os dinamizadores convidados.												
3. Organização e Planeamento da Sessão												
3.1. Condições de espaço físico.												
3.2. Equipamentos disponíveis.												
3.3. Planeamento prévio da sessão.												
3.4. Apoio prestado pelo Projecto RIA ao Mediador.												
Comentários Adicionais:												

		ACÇÃO 3 – FORMAÇÃO DIRIGIDA A FAMÍLIAS QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA SESSÃO PELOS DINAMIZADORES			GRUPO Nº 6 – SÃO BERNARDO			
Sessão Nº :	_____	Data:	____/____/____	Instituição Convidada:	_____			
Nome do Dinamizador:	_____		Tema:	_____				
Relativamente a esta sessão, assinale com uma cruz a opção que melhor caracteriza cada um dos aspectos referentes à sua participação de acordo com a seguinte escala: 1. Mau; 2. Insuficiente; 3. Suficiente; 4. Bom; 5. Muito Bom								
				1	2	3	4	5
1. Relativamente ao funcionamento da sessão:								
1.1. Pertinência do tema abordado.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2. Participação dos elementos do grupo na discussão.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4. Tempo disponível para a dinamização da sessão.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5. Intervenção dos Mediadores durante a dinamização da sessão.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Auto-avaliação do Dinamizador:								
2.1. Relação estabelecida com os participantes.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2. Incentivo à participação dos elementos do grupo.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3. Dinamização do tema proposto.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.4. Articulação com os mediadores.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Organização e Planeamento da Sessão								
3.1. Condições de espaço físico.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2. Equipamentos disponíveis.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3. Planeamento prévio da sessão.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.4. Apoio prestado pelo Projecto RIA ao Dinamizador.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comentários Adicionais:								

	ACÇÃO 3 - FORMAÇÃO DIRIGIDA A FAMÍLIAS QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA ACÇÃO PELOS PAIS			
GRUPO Nº 6 – SÃO BERNARDO				
<p>Para nós é importante saber o que achou do trabalho que fizemos em conjunto ao longo destas 9 semanas. Ponha uma cruz (X) no quadrado que melhor se aplica.</p>				
1. A organização da formação foi:				
<input type="checkbox"/> Muito Fraca	<input type="checkbox"/> Fraca	<input type="checkbox"/> Mais ou Menos	<input type="checkbox"/> Boa	<input type="checkbox"/> Muito Boa
2. Os mediadores que estiveram sempre connosco foram:				
<input type="checkbox"/> Muito Fracos	<input type="checkbox"/> Fracos	<input type="checkbox"/> Mais ou Menos	<input type="checkbox"/> Bons	<input type="checkbox"/> Muito Bons
3. Os convidados que vieram falar nas sessões foram:				
<input type="checkbox"/> Muito Fracos	<input type="checkbox"/> Fracos	<input type="checkbox"/> Mais ou Menos	<input type="checkbox"/> Bons	<input type="checkbox"/> Muito Bons
4. O grupo de colegas foi:				
<input type="checkbox"/> Muito Fraco	<input type="checkbox"/> Fraco	<input type="checkbox"/> Mais ou Menos	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Muito Bom
5. As coisas de que falámos ao longo da formação foram:				
<input type="checkbox"/> Inúteis	<input type="checkbox"/> Pouco úteis	<input type="checkbox"/> Mais ou Menos Úteis	<input type="checkbox"/> Úteis	<input type="checkbox"/> Muito Úteis
6. As instalações e os equipamentos que utilizámos foram:				
<input type="checkbox"/> Muito Maus	<input type="checkbox"/> Maus	<input type="checkbox"/> Mais ou Menos	<input type="checkbox"/> Bons	<input type="checkbox"/> Muito Bons
7. Até que ponto eu gostei da formação:				
<input type="checkbox"/> Não gostei	<input type="checkbox"/> Gostei Pouco	<input type="checkbox"/> Gostei mais ou menos	<input type="checkbox"/> Gostei	<input type="checkbox"/> Gostei Muito
8. Eu tenho notado que, depois da acção, as diferenças lá em casa foram:				
<input type="checkbox"/> Nenhumas	<input type="checkbox"/> Poucas	<input type="checkbox"/> Algumas	<input type="checkbox"/> Bastantes	<input type="checkbox"/> Muitas
<p>Eu gostava ainda de dizer o seguinte:</p> <hr/> <hr/> <hr/>				
				

 ACÇÃO 11 – ACÇÃO DE FORMAÇÃO DIRIGIDA A FAMÍLIAS AVALIAÇÃO DA IMPACTO DA ACÇÃO PELOS TÉCNICOS						
GRUPO Nº 2 – SANTA JOANA	Data de Preenchimento: ____/____/____					
<p>Gostaríamos de conhecer qual a sua percepção acerca do impacto que a Acção de Formação Dirigida a Famílias, teve na(s) família(s) que sinalizou.</p> <p>Assim sendo, com base na sua experiência de intervenção, anterior e posterior à referida Acção, solicitamos o preenchimento do presente Questionário, <u>um exemplar para cada família que sinalizou</u>, de acordo com a escala que se segue:</p> <p>1. Piorou Muito; 2. Piorou; 3. Sem Alterações; 4. Melhorou; 5. Melhorou Muito</p>						
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> </tr> </thead> </table>	1	2	3	4	5
1	2	3	4	5		
1. Relações Pais-Filhos						
1.1. Afectividade no relacionamento pais-filhos.	<table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
1.2. Autoridade, disciplina e definição de regras por parte dos pais.	<table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
1.3. Estilo Educativo adoptado pelos pais.	<table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
1.4. Articulação e concordância parental.	<table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2. Saúde						
2.1. Cuidados de saúde relativamente às crianças.	<table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2.2. Comportamento/ Resposta perante sintomas e sinais de doença.	<table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
3. Gestão Doméstica						
3.1. Definição de prioridades na gestão doméstica (compra de produtos essenciais).	<table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
3.2. Gestão do orçamento familiar.	<table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<p>Considera que houve impacto positivo no funcionamento da família, a outros níveis não mencionados anteriormente? Se sim, indique quais:</p> <p>_____</p> <p>_____</p>						
<p>Considera que há aspectos em que o impacto da Acção de Formação ficou aquém do que seria desejável? Se sim, refira quais:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>						
<p>Se assim o desejar, poderá utilizar o verso desta folha para comentários adicionais.</p>						
						

Anexo IV – Extrato de registo de sessão de balanço final

(...) Foi levado a cabo um balanço global da ação de formação dirigida a pais, no qual os participantes foram convidados a pronunciar-se sobre os aspetos que consideraram mais positivos e aqueles que poderiam ser alvo de melhorias.

No âmbito deste balanço, e no que se refere aos aspetos positivos, surgiram as seguintes ideias principais:

- Possibilidade de efetuar novas aprendizagens;
- Utilidade da informação que foi transmitida aos participantes;
- A importância dos temas que foram abordados;
- O Grupo e o respeito que existiu no relacionamento entre as pessoas;
- O tempo de duração das sessões e a sua realização com uma frequência semanal.

No que se refere aos aspetos que poderão ser alvo de melhorias, os participantes fizeram as seguintes sugestões:

- Realizar iniciativas semelhantes noutros locais do concelho, em particular, naqueles que se encontram mais isolados;
- Realizar as sessões com outras pessoas que também necessitem de aceder a este tipo de informação;
- Maior número de sessões; prolongamento da ação por mais tempo;
- Alguns participantes sentiram como dificuldade a distância e a ausência de transportes em horários adequados ao funcionamento das sessões;
- O grupo deveria ser mais alargado, com um total de 15 a 20 participantes;
- Inclusão de outros temas importantes, como por exemplo, o da culinária. (...)

(...) Após esta fase inicial procedeu-se a uma avaliação do impacto da ação de Formação nos diferentes agregados, sendo que, para o efeito, se partiu da seguinte questão inicial: “Quais as diferenças que notaram na vida e no dia-a-dia da Vossa família depois de terminada a ação de formação”.

Os participantes referiram os seguintes aspetos:

Agregado 1

- Mais momentos de partilha entre a mãe e os filhos (“temos feito mais coisas em conjunto e a estarmos com mais tranquilidade”);
- Maior diálogo (“A minha filha passou a falar mais comigo quando tem alguma problema na escola”);
- Negociação e definição de regras (“Passou a haver hora para deitar e a sentar-se à mesa durante a refeição”);

Agregado 2

Referiu essencialmente mudanças relacionadas com os processos de desenvolvimento da família e dos seus membros, mudanças que não foram atribuídas claramente à frequência da ação de Formação e que se enquadram na fase do ciclo vital que a família atravessa.

Agregado 3

- Maior envolvimento e partilha das tarefas parentais por parte do cônjuge masculino (relacionamento com a escola, acompanhamento das tarefas domésticas, relacionamento com os serviços de saúde, etc.);
- Maior articulação e concordância parental no que se refere à gestão da disciplina (“quando eu digo uma coisa o pai já não lhe vai dizer para fazer o contrário”).
- Gestão mais cuidada do orçamento familiar, recorrendo a estratégias discutidas durante a ação de formação (“temos usado a técnica dos envelopes”; “o dinheiro chega menos «contado», ao fim do mês”..

No que se refere ao Agregado 2, apesar de não serem descritas mudanças associadas à frequência da Acção de Formação, os mediadores da Sessão notaram maior envolvimento e partilha de experiências por parte da participante (que anteriormente se demonstrava mais reservada e menos confiante) (...)